



# Plano Municipal de Saneamento Básico

**ESPERANÇA**  
**Paraíba**

ABR

## **PRODUTOS A e B**

Atividades Iniciais  
Estratégia de Mobilização,  
Participação e Comunicação



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ESPERANÇA**



Fundação  
Nacional  
de Saúde

SUS



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



## **TED 003/2019 - Funasa/UFCG**

O Plano Municipal de Saneamento Básico é composto pelos seguintes produtos:

**A - Atividades Iniciais**

**B - Estratégias de Mobilização, Participação e Comunicação**

C - Diagnóstico Técnico-Participativo

D - Prognóstico do Saneamento Básico

E - Programas, Projetos e Ações; Metodologia de Hierarquização das Propostas; Programação da Execução

F - Indicadores de Desempenho

G - Consolidação dos Produtos; Minuta do Projeto de Lei para Aprovação; Resumo Executivo

### **ORGÃO FINANCIADOR**

Fundação Nacional de Saúde - Funasa  
Ministério da Saúde  
Governo Federal

### **EXECUÇÃO**

Unidade Acadêmica de Engenharia Civil - UAEC  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG  
Prefeitura Municipal de Esperança



Fundação  
Nacional  
de Saúde



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)**  
**MUNICÍPIO DE ESPERANÇA**

**PRODUTO A**

ATIVIDADES INICIAIS

**PRODUTO B**

ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO,  
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

Maio de 2020



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA – PARAÍBA**

### **Prefeito**

Nobson Pedro de Almeida

### **Vice-Prefeito**

Rosimere Bronzeado Vieira

### **Comitê Executivo**

Thiago Fernandes da Silva, Audalécio Antônio Bezerra, Patrícia Hermínio Cunha Feitosa, Dayse Luna Barbosa, Andréa Carla Lima Rodrigues, Igor Antônio de Paiva Brandão, Alziane de Souza Araújo, Jasmyne Karla Vieira Souza Marciel, Elba Magda de Souza Vieira, Roberta Lima de Lucena, Felipe Cunha Feitosa, Kaliane de Freitas Maia e Rafael Leal Matos.

### **Comitê de Coordenação**

Alanna Maria Passos Meira de Almeida, Amanda da Silveira Candeia; Déborah Acioli de Almeida, Juarez Fernandes de Souza; Adílio Maia da Silva, Nahim Galileu dos Santos Cavalcante; Luciano Martins Tavares de Oliveira, Eliegio Freitas dos Santos; Thiago de Assis Moraes, Dayhane Kaffimma Diniz Silva; Gutenberg Dantas da Silva, José Flor de Medeiros Júnior; Alexandor Vicente da Silva, Daniel Oliveira dos Santos; Matias Grangeiro Filho, Joan Diego Dias da Silva; Francinaldo Silva de Luna, Jandira Pereira da Silva; Elisvan Vieira Borges, Rodrigo da Silva.



Fundação  
Nacional  
de Saúde





**EQUIPE TÉCNICA**  
(PMSB/UFCG)

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE</b>	
Nome	Formação
<b>Coordenadora Geral de Acompanhamento do TED</b>	
Patrícia Hermínio Cunha Feitosa	Engenheira Civil e Doutora em Engenharia Agrícola. Professora associada II da Unidade Acadêmica de Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais do CTRN/UFCG.
<b>Coordenadora Administrativa</b>	
Dayse Luna Barbosa	Engenheira Civil, Mestre em Recursos Hídricos e Doutora em Recursos Naturais. Professora associada I da Unidade Acadêmica de Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais do CTRN/UFCG.
<b>Coordenadora de Engenharia</b>	
Andréa Carla Lima Rodrigues	Engenheira Civil, Mestre em Engenharia Civil e Ambiental e Doutora em Recursos Naturais. Professora associada I da Unidade Acadêmica de Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental da UAEC/CTRN/UFCG
<b>Coordenador de Mobilização</b>	
Luis Henrique Hermínio Cunha	Graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Mestre em Sociologia Rural e Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Professor Associado IV da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.



Fundação Nacional de Saúde



<b>Gestores de Grupo</b>	
Roberta Lima de Lucena	Engenheira Civil, Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande.
Viviane Hermínio Cunha	Engenheira de Materiais pela Universidade Federal da Paraíba.
<b>Engenheiros Júnior</b>	
Alziane de Souza Araújo	Engenheira Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Igor Antônio de Paiva Brandão	Engenheiro Civil e Mestrando em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande.
Elba Magda de Souza Vieira	Engenheira Civil e Mestranda em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande.
Jasmyne Karla V. S. Maciel	Engenheira Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Yuciara Barbosa Costa Ferreira	Engenheira Civil e Mestranda em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande.
<b>Sociólogos</b>	
Rafael Leal Matos	Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Kaliane de Freitas Maia	Graduada em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia, Doutora em Ciências Sociais, Pós-doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.
<b>Estagiários</b>	
Felipe Cunha Feitosa	Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Maria Teresa de Jesus C. Guedes	Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Milena Daleth do Amaral Vieira	Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Jorge Luiz Beja Filho	Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.



Gabriele de Souza Batista	Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Ayrton Flávio Nascimento de Sousa	Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Mateus Clemente de Lacerda	Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Jonas Sebastião da Silva Neto	Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Genilson Gomes Felinto Filho	Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande.
Raquel Coelho Torres	Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.
Dayane Ferreira Alves	Design pela Universidade Federal de Campina Grande.
Lucíola Maria de Melo Cordeiro	Graduanda em Design pela Universidade Federal de Campina Grande.
Maria Jordânia Alves Pontes	Graduanda em Design pela Universidade Federal de Campina Grande.
<b>Consultora de Design</b>	
Camila Assis Peres Silva	Graduada em Desenho Industrial, Mestre em Design e Doutora em Ciências na Área de Concentração de Design e Arquitetura. Professora adjunta da Unidade Acadêmica de Design (UaDesign) e professora do Programa de Pós-Graduação em Design da UaDesign/CCT/UFCG

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>16</b>
<b>3. PRODUTO A .....</b>	<b>22</b>
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	22
3.2 PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO .....	23
3.3 MAPEAMENTO DOS ATORES LOCAIS .....	25
3.5 PROPOSTA COM A DEFINIÇÃO DOS SETORES DE MOBILIZAÇÃO (SM) .....	30
<b>4. PRODUTO B .....</b>	<b>35</b>
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	35
4.2 DECRETO DE NOMEAÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO .....	37
4.3 ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO .....	40
<b>4.3.1 Marcos legais: mobilização social, participação e controle social.....</b>	<b>41</b>
<b>4.3.2 Diretrizes teórico-metodológicas.....</b>	<b>44</b>
<b>4.3.3 Procedimentos metodológicos das atividades.....</b>	<b>48</b>
4.3.3.1 <i>Canais e materiais de comunicação .....</i>	50
4.3.3.2 <i>Estimativa da amostragem de representação popular nas audiências             públicas.....</i>	52
4.3.3.3 <i>Espaços de participação .....</i>	54
<b>4.3.4 Ações e metas .....</b>	<b>62</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE A– QUESTIONÁRIO DE MOBILIZAÇÃO .....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE B – ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO .....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE C – LISTA DE PRESENÇA DA PRIMEIRA REUNIÃO.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE D – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PRIMEIRA REUNIÃO .....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXO 1 – PORTARIA DO COMITÊ EXECUTIVO .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXO 2 – DECRETO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO .....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO 3 – DECRETO DO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO 4 – PARECER DE APROVAÇÃO DOS PRODUTOS A E B.....</b>	<b>99</b>



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APROCAMPO	Associação dos Produtores de Campo Formoso
APROFACO	Associação dos Produtores Orgânicos da Fazenda Carrasco
APUZEL	Associação dos Produtores de Umburanas e José Lopes
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CCT	Centro de Ciências e Tecnologia
CDH	Conselho de Direitos Humanos
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COMDRAF	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CTRN	Centro de Tecnologia e Recursos Naturais
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FJP	Fundação João Pinheiro
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LNSB	Lei Nacional de Saneamento Básico
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNUD	Programa das Nações Unidas
PPA	Plano Plurianual
SM	Setores de Mobilização



Fundação  
Nacional  
de Saúde



SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SUEST	Superintendência Estadual
SUS	Sistema Único de Saúde
TED	Termo de Execução Descentralizada
TR	Termo de Referência
UaDesign	Unidade Acadêmica de Design
UAEC	Unidade Acadêmica de Engenharia Civil
UBSF	Unidade Básica de Saúde da Família
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande



Fundação  
Nacional  
de Saúde





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Dinâmica de urbanização em Esperança/PB (1991-2010) .....	19
Figura 2- Comparativo do PIB per capita do município de Esperança e do Estado da Paraíba no ano de 2017.....	21
Figura 3 - Mapa dos Setores de Mobilização social do município de Esperança/PB .....	34



Fundação  
Nacional  
de Saúde



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Variação da população total, urbana e rural (1991, 2010) – Esperança/PB.....	18
Tabela 2 - Quantidade necessária de materiais para expectativa de participação nas audiências públicas e conferências municipais .....	54



Fundação  
Nacional  
de Saúde





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Membros do Comitê Executivo do município de Esperança/PB .....	25
Quadro 2 - Principais Atores Locais do município de Esperança/PB .....	26
Quadro 3 - Setores de Mobilização Social do Município de Esperança/PB .....	33
Quadro 4 - Membros do Comitê de Coordenação do município de Esperança/PB .....	38
Quadro 5 - Cronograma das capacitações técnicas .....	61
Quadro 6 - Metas, ações, aspectos metodológicos e indicador de execução.....	63



Fundação  
Nacional  
de Saúde



## 1. APRESENTAÇÃO

---

A Lei nº 11.445 (BRASIL, 2007), conhecida como a Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB), regulamentada pelos Decretos nº 7.217/2010 e nº 10.203/2020, foi aprovada após um longo período de indefinição do marco regulatório e originou o início de uma nova fase na gestão dos serviços públicos de saneamento básico. A LNSB também definiu novas atribuições para os municípios, como titulares dos serviços, entre elas a implantação da política e a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), considerados os instrumentos centrais da gestão dos serviços (PEREIRA; HELLER, 2015).

O PMSB contempla os 4 (quatro) serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos), e configura-se como um instrumento estratégico de planejamento da política municipal que impacta positivamente nas condições ambientais, na saúde pública e na qualidade de vida da população (GALVÃO JÚNIOR, 2013; BRASIL, 2018).

No recorte territorial, o PMSB engloba integralmente o território do município, incluindo as áreas urbana e rural. Dessa forma, permite abranger as populações de campo, floresta e das águas, de áreas indígenas, de comunidades quilombolas e tradicionais, além das áreas onde residem populações específicas (favelas, ocupações irregulares, assentamentos precários, entre outras denominações). No que se refere ao recorte temporal, o horizonte de planejamento do Plano é de 20 anos e a revisão periódica deve ocorrer em um prazo máximo de quatro anos, em conformidade com o Plano Plurianual (PPA) (BRASIL, 2018).

Com o objetivo de fomentar soluções de saneamento voltadas para a promoção e proteção da saúde, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) vem atuando intensivamente na capacitação e apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios com população inferior a 50.000 habitantes. Diante desse contexto, a Funasa firmou o Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 03/ 2019 com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), para o desenvolvimento do projeto intitulado “*Capacitação técnica e elaboração da minuta dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios selecionados do estado da Paraíba, conforme Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico da Funasa/2018.*” Este

projeto coaduna com as atividades que vêm sendo desenvolvidas na área de saneamento da Unidade Acadêmica de Engenharia Civil (UAEC) da UFCG.

O TED firmado entre a Funasa e a UFCG visa promover o fortalecimento da gestão, o desenvolvimento institucional e a implementação das ações de saneamento em 50 municípios do estado da Paraíba, resultando na melhoria da qualidade dos serviços e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população.

Para selecionar os cinquenta municípios contemplados pelo referido TED, a Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado da Paraíba (SUEST/PB) estabeleceu critérios instituídos por meio da Portaria nº 3322/2018. Nessa seleção, utilizou-se como critérios de elegibilidade: (i) municípios do Estado da Paraíba com população total (urbana e rural) de até 50.000 habitantes (Censo/2010); (ii) municípios que não possuam Plano Municipal de Saneamento Básico e não tenham recebido recurso da Funasa para elaboração de PMSB.

A priorização dos municípios considerados elegíveis foi realizada de acordo com a ordem dos seguintes critérios: a) Municípios contemplados com recursos da Funasa em obras e/ou projetos de saneamento; b) Menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), constante no banco de dados do PNUD do ano de 2010; c) Maior percentual em extrema pobreza, conforme dados do Plano Brasil Sem Miséria (2010); d) Municípios em situação de risco de desastres naturais, secas e estiagem prolongadas; e) Menores índices de cobertura dos serviços de abastecimento de água, constantes no banco de dados do IBGE (Censo/2010); f) Maior percentagem de população urbana, constante no banco de dados do IBGE, Censo 2010; g) Municípios com comunidades rurais, assentamentos, quilombolas e outras comunidades tradicionais (ribeirinhas, extrativistas, entre outras).

O presente documento contempla as atividades que compõem os **Produtos A e B**, conforme estabelecido pelo Termo de Referência da Fundação Nacional de Saúde para a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, versão 2018. **O Produto A (Atividades iniciais)** é composto por: Portaria de nomeação do Comitê Executivo do PMSB; Mapeamento dos atores sociais locais; Proposta de Composição do Comitê de Coordenação e Proposta com a Definição dos Setores de Mobilização (SM). **O Produto B (Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação do PMSB)** abrange: Decreto de nomeação do Comitê de Coordenação e respectivo regimento interno; Relatório da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação, prevendo todos os



eventos participativos. Os relatórios de atividades estão sendo enviados mensalmente para a Funasa/SUEST-PB.

## 2. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

---

O município de Esperança destaca-se, entre outros aspectos, pela complexidade e diversificação das atividades comerciais e de prestação de serviços, realidade expressa em sua paisagem, pelo conjunto de edificações utilizadas como ponto de venda e distribuição de mercadorias e serviços diversos. Há também uma dinâmica mais recente, decorrente da criação de loteamentos residenciais e condomínios fechados em áreas de franja urbana do município.

O município de Esperança está localizado no Agreste paraibano, mais especificamente na Região Geográfica Intermediária de Campina Grande e na Região Imediata de Campina Grande, composta por 47 municípios (IBGE, 2017), distante 159 km da capital do Estado, João Pessoa e 26 km de Campina Grande. Atualmente, o município é composto por 04 distritos: Sede; Massabielle, São Miguel e Pintado.

A origem do município de Esperança remonta à doação de uma sesmaria ao português Marinheiro Barbosa, em 1713 (compreendendo a de Lagoa de Pedra, de Umbigada, de Lagoa Verde e a de Banabuyé), instalando-se uma fazenda chamada Banabuyê. A partir daí, originou-se o primeiro núcleo de povoação, com varias casas e uma feira livre, rota de passagem de comerciantes, mercadores e tangerinos de boiadas entre o brejo e o sertão, levando e trazendo mercadorias. Conta-se ainda que o Capitão-mor Clemente de Amorim e Souza, por ordens do Governador da Capitania, percorreu a região, descrevendo-a e anotando as suas distâncias. Esta carta existente na Torre do Tombo em Portugal apresentava o Sítio Banabuyé nas proximidades de Campina Grande, situado à beira de um açude (FERREIRA, 2011).

O ano de 1862 marca a fundação da Capela de Nossa Senhora do Bom Conselho, onde hoje é a Igreja matriz, por orientação do Frei Venâncio, primeiro missionário a chegar nestas terras e a celebrar missa. Segundo a tradição, a devoção à Mãe do Bom Conselho no Brasil teria se iniciado em 1785, pelas mãos do padre jesuíta José de Campos Lara (FERREIRA, 2011).

Já no século XX, Esperança figurava como uma pequena povoação ao lado de outras, como Lagoa de Remígio, Arara, Riachão, Pilões de Dentro, Pilões de Bananeiras, Tacima, Belém e Caiçara. Mas permanecia ligada ao município de Alagoa Nova. Esperança outrora fora chamada de Banabuyé (1757), Boa Esperança (1872) e finalmente Esperança (1908). Conta-se que essa denominação foi sugerida pelo Padre Ibiapina, quando vivia na região.

Elevado à categoria de município com a denominação de Esperança, pela lei estadual nº 624, de 1º de Dezembro de 1925, desmembrado de Alagoa Nova. Instalado-se em 31 de dezembro de 1925, tendo Manuel Rodrigues de Oliveira assumido como prefeito.

A área de Esperança totaliza 165,189 km<sup>2</sup>, possuindo uma densidade demográfica de 199,8 hab/km<sup>2</sup> – estando 3 vezes acima da média estadual que é de 66,70 hab/km<sup>2</sup>. Limita-se com Algodão de Jandaira, Remígio, Montadas, Areal, Alagoa Nova, São Sebastião de Lagoa de Roça e Pocinhos.

Com relação aos aspectos fisiográficos, o município de Esperança está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. O relevo é geralmente movimentado, com características de vales profundos e estreitos dissecados. Com relação à fertilidade dos solos é consideravelmente variada, com predominância de média para alta (CPRM, 2005).

Esperança encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Mamanguape, tendo como principais tributários no território do município os riachos Covão e Ribeira (CPRM, 2005). Faz parte do semiárido brasileiro<sup>1</sup>, uma região bastante diversa do ponto de vista econômico e sociocultural, caracterizada comumente por baixo índice pluviométrico, pela aridez e períodos de seca (SANTOS, et. al. 2013). O clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco, durante a maior parte do ano enfrenta estiagens, apresentando baixo índice pluviométrico. No ano de 2019, choveu 722,8 mm no município (PARAÍBA, 2019).

No último censo demográfico, em 2010, a população do município de Esperança era de 31.095 habitantes, sendo 21.631 (69,56%) residentes na zona urbana e 9.464

---

<sup>1</sup> Que possui uma extensão territorial de 980.133,079 km<sup>2</sup> (12% do país), atravessa oito estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) mais o estado de Minas Gerais no Sudeste, envolve 1.135 municípios, tem uma população 22.598.318 habitantes (11,85% do país), sendo que 62% do seu território é considerado urbano e outros 38% tido como rural (SANTOS et. al., 2013).

(30,44%) na zona rural. Em 2019, estimava-se que Esperança possuía uma população de 33.007 habitantes (IBGE, 2020) (Tabela 1).

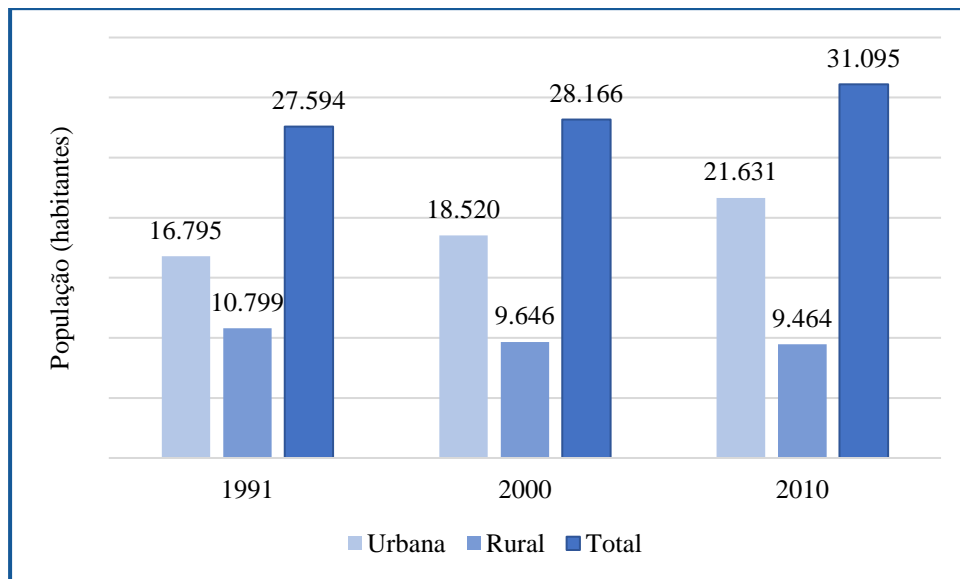
**Tabela 1-** Variação da população total, urbana e rural (1991, 2010) – Esperança/PB

Ano	População					
	Urbano		Rural		Total	
	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total	Qtd.	% do total
1991	16.795	60,86	10.799	39,14	27.594	100
2000	18.520	65,75	9.646	34,25	28.166	100
<b>Varição (1991-2000)</b>	<b>10,27%</b>		<b>-10,68%</b>		<b>2,07%</b>	
2010	21.631	69,56	9.464	30,44	31.095	100
<b>Varição (2000-2010)</b>	<b>16,80%</b>		<b>-1,89%</b>		<b>10,40%</b>	

Fonte: Elaborada a partir da tabela “População Total, por gênero, rural/urbana e taxa de urbanização” do Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD, IPEA e FJP (PNUD, 2013).

Considerando os dados dos últimos três Censos Demográficos (1991, 2000, 2010), percebe-se um aumento da população absoluta do município e o crescimento urbano no período analisado foi superior a 25%, fazendo com que a taxa de urbanização seja de 69,56%. No mesmo intervalo de tempo, a população rural vem diminuindo sucessivamente, com perdas superiores a 10% (PNUD, 2013) (Figura 1).

**Figura 1-** Dinâmica de urbanização em Esperança/PB (1991-2010)



Fonte: PNUD (2013).

No ano de 2015, o município recebeu a instalação de um Campus do Instituto Federal da Paraíba, influenciando uma nova etapa de crescimento urbano, seja de sua malha urbana, seja de seus contingentes populacionais (ARAGÃO E SOUZA, 2017). Essas ações são reproduzidas na dinâmica espacial da cidade que, ampliada com a circulação de bens, serviços e pessoas, por meio da centralidade econômica do centro urbano, face às cidades e zonas rurais circunvizinhas, gera a intensificação do processo de especulação imobiliária, especialmente nos espaços periurbanos, estes, por sua vez, ocupados de forma acelerada e, não raro, desprovida de planejamento sustentável e de serviços públicos essenciais (ARAGÃO E SOUZA, 2017).

O crescimento urbano acelerado com problemas de viabilização de serviços públicos essenciais como o abastecimento de água, além de dificultar a vida dos cidadãos, indica o comprometimento da produção rural, uma vez que a causa do não abastecimento é, sobretudo a indisponibilidade de água. Realidade preocupante do ponto de vista social, econômico e ambiental, já que a escassez hídrica tende a ser intensificada devido às mudanças na cobertura e uso da terra, tais como: desmatamento, substituição da cobertura vegetal por atividades agrícolas e redução da vegetação por causa do crescimento urbano (ARAGÃO e NOBRE, 2017).

A transformação da estrutura fundiária e a fragmentação da grande propriedade em Esperança, com a criação de assentamentos se deu de duas formas: pelo Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através da desapropriação de terras improdutivas e pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA), através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Em Esperança, o INCRA desapropriou áreas e assentou famílias em 03 assentamentos, são eles: o PA Bela Vista (1993), com 16 famílias, numa área de 69,7769 hectares; o PA Maniçoba (1993), com 18 famílias, numa área de 93,3490 hectares e o PA Padre Cícero Romana I (2005), com 53 famílias, numa área de 296,7272 hectares (INCRA, 2020). Além desses assentamentos, o INTERPA, via PNCF, adquiriu 487,6900 hectares em 12 diferentes projetos de assentamentos, beneficiando 31 famílias de agricultores (INTERPA, 2015). A maioria dessas comunidades possui formas de associação comunitária, com o intuito de socializar informações e buscar projetos e ações junto a políticas públicas disponíveis para o setor rural.

Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas no município, está em primeiro lugar as atividades comerciais, principalmente empresas ligadas ao ramo da construção civil e redes varejista que distribuem mercadorias para toda a região geográfica intermediária de João Pessoa, Campina Grande e Patos, tendo também influência transestadual.

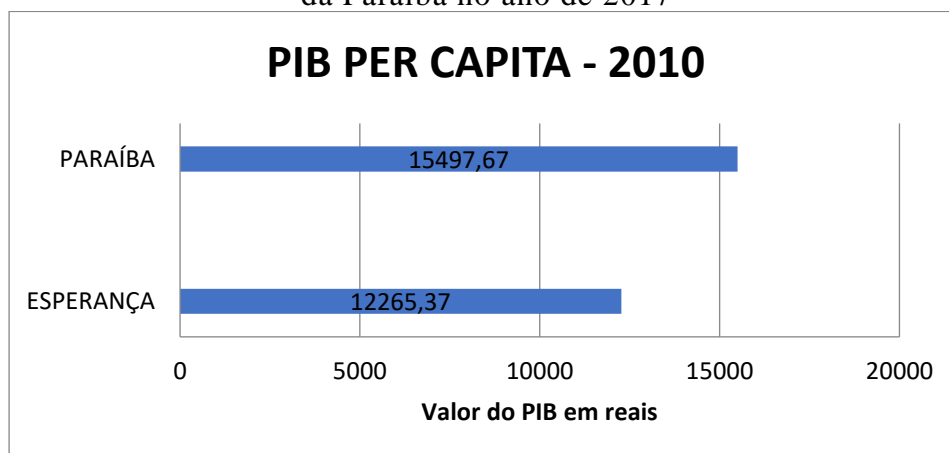
Alinhada a essa atividade comercial, tem as atividades profissionais, científicas e técnicas; água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; artes, cultura, esporte e recreação; informação e comunicação; serviços domésticos; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; e eletricidade e gás. Também ligada ao setor de serviços, tem toda uma distribuição de serviços ligados a administração pública, com todas as suas secretarias, como educação, defesa, saúde e seguridade social, infraestrutura, também alimentam esse setor. Em segundo lugar, vem a indústria de transformação e indústria extrativista. Em terceiro lugar, vem a agropecuária; seus principais produtos são o, milho, feijão, macaxeira, tomate, banana, caju, abóbora, batata inglesa palma e milho forrageiro e palma forrageira. Na pecuária, destaca-se a criação de bovino, suínos, caprinos, ovinos, e galináceos e aves como: codornas, patos, gansos e peru (IBGE, 2020).

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes do município alcançou R\$ 408.019.810,00 no ano de 2017, fazendo com que este município ocupasse o 18º lugar no



*ranking* dos 223 municípios paraibanos. Quando o quesito é o PIB per capita, Esperança registrou no mesmo ano, o valor de R\$ 12.265,37 ficando na 28ª posição no *ranking* do PIB per capita dos municípios paraibanos (IBGE, 2020) (Figura 2).

**Figura 2-** Comparativo do PIB per capita do município de Esperança e do Estado da Paraíba no ano de 2017



Fonte: IBGE, (2020).

Esta breve contextualização histórica deverá ser complementada quando da realização do diagnóstico técnico-participativo acerca da caracterização socioeconômica e cultural do município. São, portanto, informações necessárias para qualificar a estratégia participativa do Plano Municipal de Saneamento Básico e mapear os atores sociais locais que conhecem a realidade e a população residente em toda área territorial do município de Esperança.

### 3. PRODUTO A

---

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007), regulamentada pelo Decreto nº 7.217/2010, define o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas.

Em seu Art. 3º inciso IV, a referida lei também estabelece que a política e o plano municipal de saneamento básico devem ser elaborados com a participação e controle social por meio de “mecanismos e procedimentos que lhe garantem informações, representação técnica e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico” (BRASIL, 2007).

Entre os grandes desafios postos para a sociedade brasileira, a inclusão social igualitária frente às questões sanitárias e ambientais pode ser considerada como uma questão fundamental. Em 2010, na Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Direitos Humanos (CDH) reconheceram que o acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano, que está “intrinsecamente associado aos direitos de ter uma habitação condigna, ao melhor nível possível de saúde e à vida” (BOS et al., 2016, p. 3).

O direito humano à água e ao saneamento provém do “direito a um padrão de vida adequado e do direito ao mais alto padrão de saúde física e mental, bem como do direito à vida e à dignidade humana” (MENICUCCI; D’ALBUQUERQUE, 2018, p. 48). Reforçando a obrigação dos governos em garantir esses direitos humanos mais recentemente reconhecidos, entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela ONU em 2015 e que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos (até 2030), consta como o ODS6: “Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos”.

Nesse sentido, Neves-Silva e Heller (2016) apontam que os resultados das políticas públicas que tenham como objetivo melhorar o acesso à água e ao esgotamento sanitário, estimulando a participação social, a transparência e a responsabilidade, podem resultar em mudanças estruturantes nos determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado das populações mais vulneráveis.

Entende-se, portanto, que o comprometimento do município em relação aos requisitos das diretrizes nacionais de saneamento básico, busca não apenas deixá-lo apto para o acesso aos recursos federais, mas, sobretudo, instituir no seu território o fortalecimento da participação social e da qualificação da gestão pública, contribuindo na redução das desigualdades sociais e na melhoria da qualidade de vida da população.

A elaboração do PMSB inicia-se com a constituição formal, mediante ato público do Poder Executivo Municipal, de dois grupos de trabalho denominados Comitê Executivo e Comitê de Coordenação (BRASIL, 2018). Os dois Comitês possuem funções complementares, uma vez que promovem a integração entre o conhecimento técnico (Comitê Executivo) e uma visão pluralista da situação do saneamento básico (Comitê de Coordenação), possibilitando uma compreensão mais integralizada do saneamento no município e suas interfaces com a política, gestão, história, meio ambiente, sociedade e economia (BRASIL, 2018). Ressalta-se que a atuação desses comitês é fundamental para a concretização da participação e controle social na elaboração do PMSB.

Dentro desse contexto, o Produto A permitirá a compreensão do funcionamento da estrutura social e territorial do município, além da identificação de associações comunitárias, conselhos municipais, organizações não governamentais, entre outras formas de mobilização da população, propiciando dados e informações que subsidiarão o Produto B.

### 3.2 PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

O Comitê Executivo e o Comitê de Coordenação devem ser criados no início das atividades do Termo de Execução Descentralizada (TED 03/2019 Funasa/UFCCG). Estes comitês são instâncias fundamentais para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Esperança-PB, devendo ser envolvidos em todas as atividades e estratégias de organização de cada produto finalizado. Vale salientar que os Comitês do PMSB devem evitar a duplicidade de representação.

O Comitê Executivo será responsável pela elaboração e consolidação dos produtos, discussão da minuta e encaminhamento de proposta da Lei Municipal de Saneamento Básico, para apreciação na câmara de vereadores. Vale ressaltar que cada um dos produtos do PMSB a serem entregues à Funasa, tem obrigatoriamente que ser submetido, avaliado e

aprovado pelo Comitê de Coordenação, observando os prazos indicados no cronograma afixado no Termo de Referência da Funasa (BRASIL, 2018).

O Comitê Executivo é a instância responsável pela operacionalização de todo o processo de elaboração do plano, formado por representantes do poder público municipal e da equipe técnica da UFCG. A cooperação entre técnicos do município e da UFCG possibilitará compartilhar ideias, dividir responsabilidades e ações, além de proporcionar o diálogo entre conhecimento técnico e a realidade sociocultural local, facilitando e subsidiando a composição dos produtos e a interação com a sociedade. É importante que o Comitê Executivo assegure o fluxo de informações, que haja transparência e responsabilidade dos atores envolvidos, para assim facilitar a interlocução no dia a dia dos trabalhos.

A primeira ação realizada pelo Comitê Executivo, criado pelo poder executivo municipal a partir da Portaria nº 1053/2020 de 30 de janeiro de 2020 (Anexo 1), foi a realização do Mapeamento dos Atores Sociais Locais do município, no dia 28 de janeiro de 2020, para a criação do Comitê de Coordenação, instituído também pelo poder executivo do município de Esperança através do Decreto nº 1947/2020 de 13 de março de 2020 (Anexo 2). Desde então, este comitê, além de exercer o controle social de todo o processo de elaboração do plano, trabalhou com o Comitê Executivo na criação dos Setores de Mobilização: lugares estratégicos para a realização das reuniões com as instâncias organizadas da população geral do município e que serão apresentados mais à frente.

A Portaria nº 1053/2020 além de instituir o Comitê Executivo, nomeou a equipe de trabalho, definiu suas atribuições, as representações de cada nomeado e o tipo de vínculo da equipe técnica local. Desse modo, desde sua criação, este Comitê têm sido o responsável pelo andamento das atividades, pela articulação com os diversos órgãos e instituições do município, bem como pela ampla divulgação e comunicação para que haja uma boa participação da população na busca de informações, dados e possíveis soluções, visando a multiplicação de conhecimentos necessários para a elaboração do PMSB do município de Esperança.

Sendo assim, o Comitê Executivo é quem define em última instância o cronograma das atividades, os locais de realização dos eventos, o material que será utilizado na divulgação, mobilização social, reuniões com a população, ou seja, é responsável pela logística necessária para a realização dos eventos que envolverão todas as instâncias do município em cada Setor de Mobilização.

O Comitê Executivo de Esperança está apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Membros do Comitê Executivo do município de Esperança/PB**  
**Membros do Comitê de Execução**

Nome	Ocupação
Thiago Fernandes da Silva	Representante do Executivo Municipal
Audalécio Antônio Bezerra Nóbrega	Representante do Executivo Municipal
Patrícia Hermínio Cunha Feitosa	Coordenadora Geral do PMSB - UFCG
Dayse Luna Barbosa	Coordenadora Administrativa do PMSB - UFCG
Andréa Carla Lima Rodrigues	Coordenadora Técnica do PMSB - UFCG
Igor Antônio de Paiva Brandão	Engenheiro Civil – UFCG
Alziane de Souza Araújo	Engenheiro Civil – UFCG
Jasmyne Karla Vieira Souza Marciel	Engenheiro Civil – UFCG
Elba Magda de Souza Vieira	Engenheiro Civil – UFCG
Roberta Lima de Lucena	Assistente Administrativa
Felipe Cunha Feitosa	Estagiário em Engenharia Civil
Kaliane de Freitas Maia	Sociólogo
Rafael Leal Matos	Sociólogo

Fonte: PMSB/UFCG, 2020.

### 3.3 MAPEAMENTO DOS ATORES LOCAIS

Mediante realização dos primeiros contatos com os representantes do poder público local, a partir da primeira reunião, contatos telefônicos, via e-mail e resposta ao questionário encaminhado para os integrantes do Comitê Executivo, foram identificadas as principais lideranças comunitárias, religiosas, empresariais, de movimentos sociais, ambientalistas, classistas, entre outras organizações e instituições sociais e ONGs. Dentre os atores sociais identificados, selecionou-se uma multiplicidade de pessoas, levando em consideração a autoridade carismática, o poder de liderança e a influência no chamamento da população para participar e contribuir com a elaboração do PMSB.

Entre os atores sociais destaca-se:

- ✓ **Poder Público municipal:** conjunto de órgãos e secretarias da administração municipal que estão em contato com os serviços de saneamento, educação, saúde, agricultura, meio ambiente, infraestrutura e obras, comunicação, turismo, transporte, assistência social e finanças. Ainda fazem parte do poder público as instituições do



Judiciário e do Legislativo, servidores que serão essenciais para a criação da política de saneamento;

- ✓ **Imprensa e meios de comunicação:** comunicadores, radialistas e repórteres que possam ser multiplicadores de notícias, colaborando com a comunicação, informação e o chamamento da população;
- ✓ **Associações da Sociedade Civil Organizada:** organizações e instituições cívicas voluntárias que formam a base de uma sociedade em funcionamento;
- ✓ **Lideranças comunitárias:** Pessoas ou líderes com influência, poder e intervenção nas tomadas de decisões públicas, em uma ou mais esferas de atividades;
- ✓ **Lideranças religiosas:** Líderes que possuem prestígios e forte poder de convencimento e intervenção nas tomadas de decisões públicas, em uma ou mais esferas de atividades. O carisma dessas lideranças interfere na construção da vida social.

Os atores sociais identificados passam a fazer parte de um banco de dados, para serem acionados enquanto agentes multiplicadores de informação e para o auxílio no processo de divulgação e das ações de mobilização social, bem como na transmissão dos conhecimentos adquiridos durante o todo o processo, protagonizando papéis importantes na elaboração do PMSB.

A resposta do questionário aplicado no município de Esperança (Apêndice A) possibilitou a identificação dos principais atores locais, conforme disposto no Quadro 2.

**Quadro 2** - Principais Atores Locais do município de Esperança/PB

ATORES SOCIAIS IDENTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA – PB	
INSTITUIÇÕES	REPRESENTANTE/ RESPONSÁVEL
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE MULATINHA	Jailson Alves de Araújo
ASSOCIAÇÃO RURAL DE PEQUENOS PRODUTORES DE PAU-FERRO	Maria Dalva Dias de Almeida
NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO DE RIACHO FUNDO	José Martinho
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES	Germano

RURAIS DE LAGEDÃO	
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE MEIA PATACA	Maria das Graças Santos Araújo
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO SÍTIO LAGES E ADJACÊNCIAS	Edvânia Maria de Almeida Nascimento
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CAMPO FORMOSO - APROCAMPO	Ednaldo Ribeiro de Lima
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS TRABALHADORES DE LAGOA DE PEDRA	Luiz Gonzaga Aciole
ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE RIACHO AMARELO	Jurandir de Oliveira
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE UMBURANAS E JOSÉ LOPES - APUZEL	Joaquim Clementino dos Santos
ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE MEIA PATACA II	João Batista dos Santos (Dão)
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO CAPEBA	José Carlos de Assis
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA FAZENDA BELA VISTA	João de Deus Rodrigues dos Santos
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DA FAZENDA CARRASCO - APROFACO	Francinaldo Silva de Luna
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO PINTADO	Anselmo Vieira da Costa
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE PEDRA PINTADA	Manoel Alexandre Dantas
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ESPERANÇA	Assis
<b>ASSENTAMENTOS</b>	<b>REPRESENTANTE/ RESPONSÁVEL</b>
ASSOCIAÇÃO DE ASSENTAMENTO ARARAS	José Francisco dos Santos
ASSOCIAÇÃO DE ASSENTAMENTO CÍCERO ROMANA I	Jandira D. da Silva
ASSOCIAÇÃO DE ASSENTAMENTO CÍCERO ROMANA II	Alexandre Vicente da Silva
ASSOCIAÇÃO DE ASSENTAMENTO DE MANIÇOBA	Maria Aparecida da Costa

<b>COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>	<b>REPRESENTANTE/ RESPONSÁVEL</b>
***	***
<b>CONSELHOS MUNICIPAIS (ATUANTES)</b>	<b>REPRESENTANTE/ RESPONSÁVEL</b>
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS	Deborah Acioli de Almeida
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Lúcia de Fátima Nunes de Moraes
<b>INSTITUIÇÕES DE SAÚDE</b>	<b>LOCALIDADE</b>
UBSF BELO JARDIM	Bairro Belo Jardim
UBSF SÃO JOSÉ	***
UBSF MASSABIELE	Distrito de Massabiele
UBSF PINTADO	Distrito de Pintado
UBSF CAMPESTRE	***
UBSF BELA VISTA	Bairro Bela Vista
UBSF JOSÉ TORRES	***
UBSF PORTAL	Bairro Portal
UBSF SÃO FRANCISCO	***
UBSF CENTRO	Centro
<b>INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS</b>	<b>LOCALIDADE</b>
EMEF ABEL BARBOSA DE SOUZA	Sítio Riacho Fundo
EMEF AGOSTINHO DE OLIVEIRA	Sítio Lagedão
EMEF ANTÔNIO ADELINO DOS SANTOS	Sítio Mulatinha
EMEF ANTÔNIO COELHO DE CARVALHO	Sítio Timbaúba
EMEF CÍCERO JANUÁRIO DA SILVA	Sítio Logradouro
CRECHE PEQUENO JOÃO ARIANO GRANGEIRO	Bairro Portal
CRECHE VÓ MILITINA	Rua General Osório
CRECHE VOVÓ BETINHA	Bairro Portal
EMEF DOM MANUEL PALMEIRA DA ROCHA	Centro
EMEF FABRÍCIO BATISTA DE ARAÚJO	Distrito São Miguel
EMEF FRANCISCO PEDRO DE OLIVEIRA	Sítio Umbu
EMEF HOSANA LOPES	Rua João Mendes
EMEF JOÃO VICENTE PEREIRA	Sítio Malhada da Serra
EMEF JOSÉ FELIX DE FIGUEIREDO	Sítio Lagoa Verde

EMEF JOSÉ LOPES	Bairro José Lopes
EMEF JOSÉ PAULINO MACHADO	Sítio Benefício
EMEF JOSÉ SOUTO	Rua João Mendes
EMEF JOSEFA ARAÚJO PINHEIRO	Rua Joaquim Virgolino
EMEF JOVENTINO BATISTA MONTEIRO	Distrito de Massabiele
EMEF MANOEL AGOSTINHO PEREIRA	Distrito de Pintado
EMEF MANOEL DA LUZ	Sítio Boa Vista
EMEF MANOEL PEREIRA	Bairro Bela Vista
EMEF MARGARIDA MARIA DE ANDRADE DINIZ	Bairro Portal
EMEF MARIA EMÍLIA DE CRISTO SILVA	Sítio Quebra Pé
EMEF MARIA FRANCISCA LEITE	Sítio Meia Pataca
EMEF OLÍMPIA SOUTO	Centro
EMEF SEVERINO ALVES BARBOSA	Sítio Lagoa de Pedra
EMEF SILVINO TRAJANO DA ROCHA	Sítio Mulatinha
EMEF WELLINGTON VITAL	Bairro Britador

Fonte: PMSB/UFCC, 2020.

### 3.4 PROPOSTA DE COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

O Comitê de Coordenação tem a função de fiscalizar e validar os produtos do PMSB e demais documentos definidos no processo de elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo PMSB. Com o intuito de auxiliar na formação do Comitê de Coordenação foi encaminhado aos representantes do Comitê Executivo, por e-mail, um modelo de decreto de nomeação e de regimento interno do Comitê de Coordenação, cujo decreto com sua composição deverá ser apresentado no Produto B deste PMSB.

Da sociedade civil, foi solicitada a representação de:

- lideranças comunitárias e organizações sociais locais (associações de moradores, grupos de mulheres, de jovens, religiosos, culturais...),
- entidades profissionais (OAB, CREA...),
- entidades empresariais (CDL...),
- dirigentes sindicais dos trabalhadores em saneamento, de movimentos sociais com atuação no município e na região (movimentos de moradia, de pequenos agricultores, dos “sem terra”, “atingidos por barragens, por mineração”, comunidades quilombolas, lideranças indígenas...),

- associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis, associações rurais, organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino, entre outras representações sociais existentes no município;
- conselheiros municipais que representam a sociedade civil nos conselhos de políticas públicas (saúde, meio ambiente, habitação, assistência social, educação, habitação de interesse social e de desenvolvimento rural sustentável).

Da mesma forma, com relação ao poder público, foi solicitada representação dos gestores públicos das secretarias relacionadas ao saneamento básico (saúde, educação, meio ambiente, obras e infraestrutura, habitação, assistência social, desenvolvimento rural sustentável, comunicação e turismo, entre outras).

### 3.5 PROPOSTA COM A DEFINIÇÃO DOS SETORES DE MOBILIZAÇÃO (SM)

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Esperança contemplará as zonas urbana e rural do município, de modo a atender toda a população local. Para facilitar a participação social na elaboração do PMSB, o território municipal foi dividido em 5 (cinco) Setores de Mobilização, onde acontecerão os eventos participativos, as audiências públicas e debates, garantindo que tais eventos alcancem os bairros e localidades da zona urbana, bem como as comunidades inseridas na zona rural, considerando obrigatória a visita nas áreas de comunidades tradicionais existentes no município, com o intuito de mapear e diagnosticar os prováveis problemas ligados aos quatro componentes do saneamento básico e as possíveis soluções, adequadas a cada localidade específica.

Assim, a partir das organizações comunitárias, da população em geral e das instituições públicas, o PMSB será norteado de acordo com as necessidades descritas pelas comunidades e voltadas à universalização dos serviços de saneamento básico no município.

Os Setores de Mobilização, planejados para receberem os eventos participativos, estão distribuídos pelo município de forma a promover a presença da população e garantir que tais eventos alcancem, no mínimo, as diferentes regiões administrativas - bairros, conjuntos populares, áreas de ocupação ilegal, distritos, comunidades, sítios e povoados de todo o território municipal.



Com o objetivo de reunir o maior número de pessoas e abranger toda a extensão de Esperança, a formação dos Setores de Mobilização consiste na divisão territorial a partir das afinidades e proximidades entre os bairros, comunidades, sítios e/ou distritos, no intuito de garantir uma melhor abordagem e organização da população para viabilizar a participação social, levando em consideração aspectos socioculturais da população local, a concepção de outras políticas públicas setorizadas e a prestação de serviços públicos.

Em concordância com o Termo de Referência (BRASIL, 2018), espera-se que o formato regionalizado para a realização das reuniões, facilite e assegure a participação de todos, inclusive de comunidades rurais, aldeias e aglomerados mais distantes da sede do município, tendo em vista sua relevância para a agenda do desenvolvimento territorial, assim como os indicadores de saúde e educação local. Entende-se, portanto, que o PMSB deve propor programas, projetos e ações tanto para o saneamento urbano quanto para o saneamento rural, mediante soluções compatíveis com as características socioculturais e ambientais de cada realidade.

Almeja-se ainda que essa setorização municipal possibilite uma melhor captura das demandas sociais, uma vez que as reuniões serão realizadas o mais próximo possível das comunidades, procurando respeitar os anseios culturais, as necessidades imediatas e as áreas sociais mais vulneráveis que nunca usufruíram de serviços básicos de saneamento. Enfim, as reuniões setorizadas, garantirão a inserção das perspectivas e pretensões da sociedade, seus interesses múltiplos e a apreciação da efetiva realidade local para o setor de saneamento que serão discutidas nos eventos, procurando sempre resultar em consensos e prioridades em relação ao que for decidido.

Todavia, ressalta-se a importância das lideranças comunitárias e dos representantes dos Comitês (Executivo e de Coordenação) – de natureza técnica e participativa – para auxiliarem as comunidades a construir respostas às demandas de forma não pontual, buscando soluções mais integradas e apoiadas numa leitura global do município.

Conforme estabelecido no Termo de Referência da Funasa (2018), a definição dos Setores de Mobilização deve coincidir com um prévio mapeamento dos atores sociais, já que eles expressam a organização espacial, sociocultural e política do município. Também é indicado que os Setores de Mobilização sejam compatibilizados a partir dos Setores Censitários do IBGE, para que haja uma divisão territorial regionalizada que possibilite a compreensão holística do município sem deixar de lado as particularidades de cada localidade. Outros critérios importantes que foram utilizados na composição dos Setores de

Mobilização são: divisão distrital, bacia hidrográfica, número populacional, facilidade de acesso e infraestrutura disponível nos locais para realização das reuniões.

Partindo desses pressupostos e tendo em vista que o convênio firmado entre a Funasa e a UFCG – consolidado pelo Termo de Execução Descentralizada (TED 03/2019 Funasa/UFCG) publicado em 12 de dezembro de 2019, que prevê a capacitação e elaboração de 50 (cinquenta) Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) para o estado da Paraíba – a equipe técnica de mobilização social da UFCG elegeu alguns requisitos que devem ser levados em consideração no momento de elaboração dos Setores de Mobilização de cada município:

- 1) Os municípios com até 15.000 mil habitantes terão, no mínimo, 3 Setores Mobilização;
- 2) Os municípios com mais de 15.000 mil terão, no mínimo, 4 Setores Mobilização;
- 3) Os municípios que possuem “Comunidades Tradicionais” em seu território, terão acrescidos um ou mais Setores de Mobilização, de acordo com o número de comunidades existentes, levando-se em consideração as distâncias entre os setores de mobilização e as particularidades culturais encontradas.

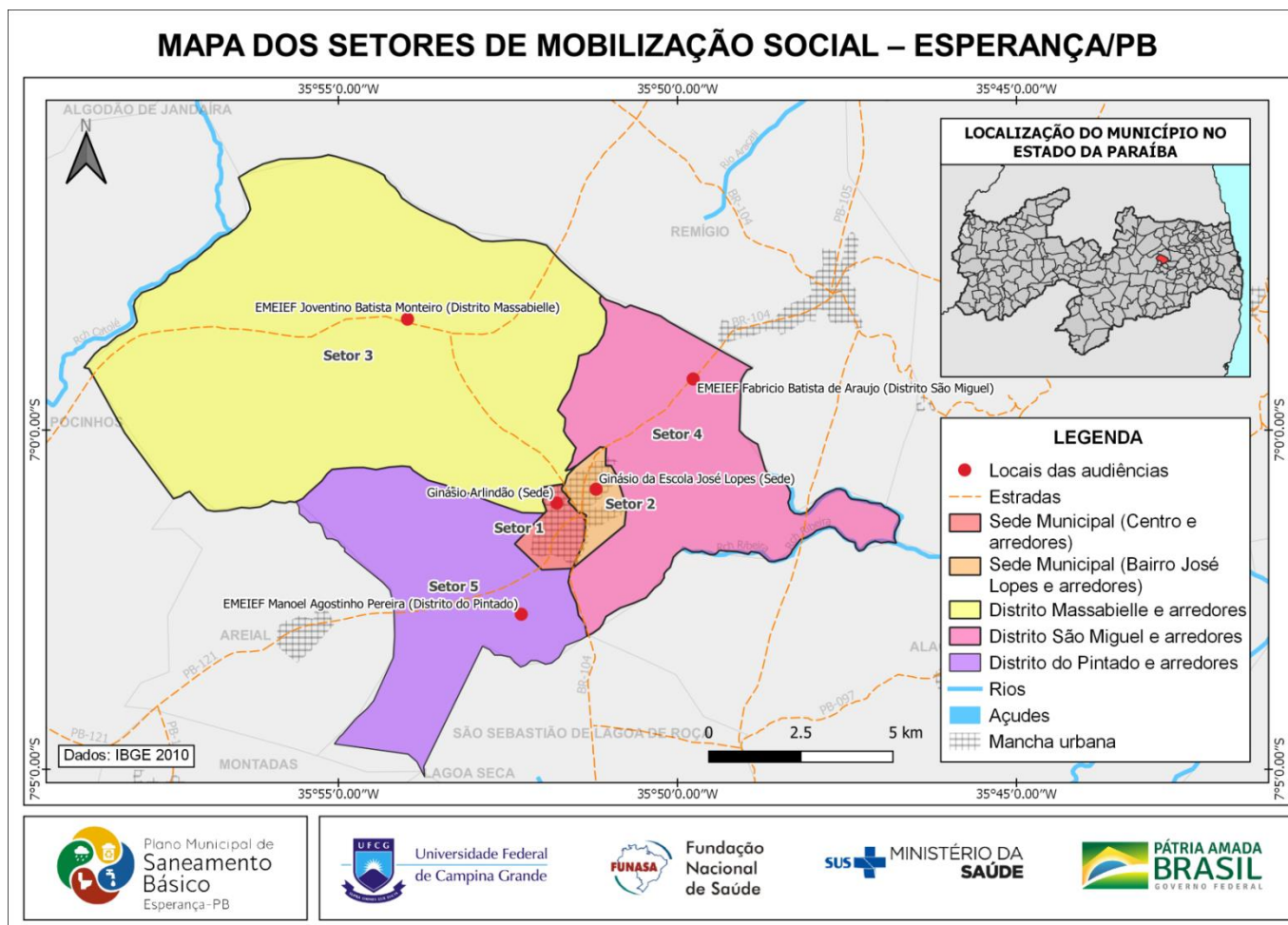
Desse modo, tem-se como resultado da aplicação desses requisitos a divisão do município de Esperança em cinco Setores de Mobilização, conforme apresentado no mapa (Figura 3). Os Setores de Mobilização demonstrados na Figura 3 estão detalhados no Quadro 3, que informa também os locais de reunião, a abrangência de cada setor e a população dos mesmos.

**Quadro 3 - Setores de Mobilização Social do Município de Esperança/PB**

<b>SETOR DE MOBILIZAÇÃO</b>	<b>LOCAL DA REUNIÃO</b>	<b>ABRANGÊNCIA (BAIRROS, POVOADOS, COMUNIDADES, SÍTIOS, ETC.)</b>	<b>POPULAÇÃO (IBGE, 2010)</b>
Setor 1 (Sede) Zona Urbana	Ginásio Arlindão	Centro, Portal, Nova Esperança e Belo Jardim.	11.104
Setor 2 (Sede) Zona Urbana	Ginásio da Escola José Lopes	Beleza dos Campos, Lírio Verde e Conjunto Joseilton Belarmino.	10.527
Setor 3 (Distrito Massabielle) Zona Rural	EMEF Joventino Batista Monteiro	Massabiele, Lagedão, Logradouro, Lagoa de Pedra, Lagoa de Pedra II, Capeba, Umbú, Junco, Benefício, Cícero Romana I, Cícero Romana II, Malhada da Serra, Timbaúba, Boa Vista, Pau Ferro, Pedra Pintada, Quarenta, Maniçoba, Araras e Campo Formoso.	3.687
Setor 4 (Distrito São Miguel) Zona Rural	EMEF Fabricio Batista de Araújo	São Miguel, Mulatinha, Lagoa Verde, Meia Pataca, Bela Vista, Carrasco, Barra do Camará, Cinza e Caldeirões.	3.129
Setor 5 (Distrito do Pintado) Zona Rural	EMEF Manoel Agostinho Pereira	Pintado, Riacho Fundo, Lages, Riacho Amarelo, Lagoa dos Cavalos, Gravatazinho e Quebra-Pé.	2.648
<b>TOTAL (habitantes)</b>			<b>31.095</b>

Fonte: PMSB/UFCC, 2020.

**Figura 3 - Mapa dos Setores de Mobilização social do município de Esperança/PB**



Fonte: PMSB/UFCCG, 2020.

## 4. PRODUTO B

---

### 4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A **Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação**, chamada também de **Estratégia Participativa**, insere-se no escopo dos serviços de preparação e planejamento do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Esperança, Paraíba. Neste documento é apresentada a metodologia da Estratégia Participativa – detalhando planejamentos, procedimentos, mecanismos, estratégias e técnicas – que será aplicada ao longo de todo o período de elaboração do PMSB, visando garantir uma efetiva **participação e controle social** por parte dos atores sociais do município supracitado. Com isso, será assegurado o cumprimento dos pilares legais, conceituais e metodológicos que dão base para a elaboração do PMSB e que estão expressos tanto na legislação brasileira quanto no “Termo de Referência (TR) para a Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico da Fundação Nacional de Saúde” (BRASIL, 2018).

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 2º, inciso XX, que compete à União instituir diretrizes para o saneamento básico, ao passo que em seu artigo 23, inciso IX, frisa que é de competência de todos os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) promover a melhoria das condições de saneamento básico, destacando ainda no artigo 200, inciso IV, a participação do Sistema Único de Saúde (SUS) nas formulações de políticas públicas e execução de ações relacionadas a esse serviço.

De acordo com as Leis Federais nº 11.445/2007 e nº 12.305/2010 (que respectivamente estabelecem as diretrizes nacionais para o saneamento básico e a Política Nacional de Resíduos Sólidos), seus respectivos decretos nº 7.217/2010 e nº 10.203/2020 (que dispõem sobre o controle social e os prazos estipulados para a realização do PMSB) e o já citado TR de BRASIL (2018), o PMSB deve ser entendido como um **pacto social** que visa promover a universalização do acesso ao saneamento básico e combater as desigualdades sociais, pautando-se na sustentabilidade e em preceitos democráticos e inclusivos.

Neste sentido, para a realização do PMSB do município de Esperança, foi elaborada uma Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação ampla



que buscará envolver a maior diversidade socioeconômica e cultural de atores sociais (individuais e institucionais) do município, incluindo o poder público e a sociedade civil, tendo como foco principal o fomento à participação popular no processo de elaboração do plano.

O objetivo geral desta Estratégia Participativa é o de apresentar e desenvolver ações que sensibilizem a sociedade local quanto à relevância do PMSB, estimulando, como já dito, uma efetiva participação social na construção do mesmo, a partir de uma **metodologia participativa** que possibilite o diálogo entre o **saber técnico-científico** e o **saber popular**. Pois, é só a partir desse diálogo que será plausível a posterior construção de um verdadeiro diagnóstico técnico-participativo<sup>2</sup> que tenha como base as especificidades da realidade sociocultural e econômica do município de Esperança. Assim, será necessário inicialmente:

- ✓ Informar pedagogicamente à população o que vem a ser o Saneamento Básico e seus quatro componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais e manejo de resíduos sólidos;
- ✓ Demonstrar a importância da construção do PMSB para o município, deixando clara a relação entre Saneamento Básico, Saúde, Educação, Economia e outras áreas importantes para a qualidade da vida humana;
- ✓ Explicitar as etapas de elaboração do PMSB;
- ✓ Evidenciar a importância da participação social de diversos setores e agentes locais para a construção de um plano que corresponda às necessidades reais da população do município de Esperança, considerando o impacto potencial das ações e definindo prioridades;
- ✓ Capacitar atores locais para uma efetiva mobilização social;
- ✓ Estimular o debate social sobre as questões do Plano e da sua elaboração;
- ✓ Envolver a população para que haja uma sensibilização sobre os problemas locais relativos ao Saneamento Básico, visando à construção conjunta de soluções sustentáveis e compatíveis com a realidade local.

Desse modo, as atividades e ações que serão explicitadas aqui têm um caráter informativo/comunicativo, pedagógico, técnico/científico/participativo e estratégico. Com isso, será garantido **a)** o direito constitucional de acesso à informação, previsto no

---

<sup>2</sup> Etapa subsequente à execução da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação.

artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, **b)** a promoção de instrumentos de educação ambiental participativa, **c)** uma relação dialógica entre o corpo técnico e a população local que, por fim, **d)** resultará na construção de uma visão integrada e holística da área de saneamento básico (com seus quatro componentes) que leve em consideração as peculiaridades da realidade sociocultural e econômica local, com seus problemas e suas práticas com potencial à sustentabilidade ambiental.

Vale ressaltar que o conhecimento técnico-científico é representado pelo Comitê de Execução do PMSB de Esperança, que é composto por dois técnicos do município e onze da equipe técnica da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Já o conhecimento popular se expressa com a participação da Sociedade Civil (organizada ou não) na construção do plano, como por exemplo: líderes comunitários, presidentes de associações, sindicatos, cooperativas, integrantes de movimentos sociais, usuário comum do Sistema de Saneamento Básico, entre outros. Parte desses atores sociais compõe o Comitê de Coordenação junto com representantes do poder público local, de maneira paritária, para exercerem o controle social e fiscalização do trabalho executado. Mesmo assim, é imprescindível afirmar que essa Estratégia Participativa tem como intuito envolver a sociedade civil para além da participação no Comitê de Coordenação, da maneira mais ampla possível, de modo a se alcançar o maior e mais diversificado número de instituições e indivíduos locais nas reuniões, conversas formais e informais, encontros técnicos, capacitações, audiências públicas, consultas públicas, conferências municipais, entre outras atividades aqui planejadas.

Firma-se aqui o compromisso de fazer com que a Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação esteja presente em todas as etapas de elaboração do PMSB de Esperança, desde as Atividades Iniciais, a Construção do Diagnóstico Técnico-Participativo, passando pela Elaboração do Prognóstico do Saneamento Básico do Município, pela Proposição de Programas, Projetos e Ações, pela Elaboração de Indicadores de Desempenho até chegar, por fim, à entrega do Produto Final.

#### 4.2 DECRETO DE NOMEAÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Para dar início a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), o Termo de Referência da Funasa (BRASIL, 2018) sugere a formação de dois comitês, o Comitê Executivo e o Comitê de Coordenação, que são complementares entre si. A

formação e a Portaria de nomeação do Comitê Executivo foram apresentadas no Produto A (Atividades Iniciais).

O Comitê de Coordenação deve fiscalizar e validar os produtos do PMSB e demais documentos definidos no processo de elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo PMSB. Segundo o Termo de Referência (BRASIL, 2018) “O Comitê de Coordenação é a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada por meio de decreto municipal”, sendo responsável pela coordenação e acompanhamento do processo de elaboração do PMSB. Uma das obrigações do Comitê de Coordenação é assegurar a paridade na representação entre o poder público local e a sociedade civil.

Conforme foi estabelecido na proposta apresentada no Produto A, o Comitê de Coordenação foi composto a partir da indicação de representantes da sociedade civil e do poder público, garantindo a paridade entre as partes.

O Comitê de Coordenação, portanto, foi constituído e formalizado através do Decreto nº 1947/2020 de 13 de março de 2020 (Anexo 2). Designa a composição mínima, as suas atribuições, as representações de cada nomeado, esclarecendo ainda sobre a suplência de cada representante.

O Comitê de Coordenação do Município de Esperança apresenta a composição presente no Quadro 4.

**Quadro 4 - Membros do Comitê de Coordenação do município de Esperança/PB**

<b>Membros do Comitê de Coordenação</b>	
<b>Secretaria de Planejamento, Meio-Ambiente ou Infraestrutura</b>	
Nome	Ocupação
Alanna Maria Passos Meira de Almeida	Secretária Adjunta de Planejamento
Amanda da Silveira Candeia	Engenheira Civil
<b>Secretaria de Saúde ou Assistência Social</b>	
Nome	Ocupação
Déborah Acioli de Almeida	Secretária Adjunta de Assistência Social
Juarez Fernandes de Souza	Coordenador de Vigilância Ambiental
<b>Câmara de Vereadores</b>	
Nome	Ocupação
Adílio Maia da Silva	Vereador
Nahim Galileu dos Santos Cavalcante	Vereador

Representante do prestador de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário	
Nome	Ocupação
Luciano Martins Tavares de Oliveira	Coordenador local da CAGEPA
Eliegio Freitas dos Santos	Agente de Manutenção da CAGEPA
Representante do prestador de serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	
Nome	Ocupação
Thiago de Assis Moraes	Representante dos Serviços de Limpeza Urbana
Dayhanne Kaffimma Diniz Silva	Assistente Técnica
Representante de Conselhos Municipais	
Nome	Ocupação
Gutenberg Dantas da Silva	Presidente do Conselho Municipal de Saúde
José Flor de Medeiros Júnior	Membro do Conselho do FUNDEF
Representante de liderança comunitárias e organizações sociais e locais	
Nome	Ocupação
Alexandro Vicente da Silva	Delegado Titular (CRECI-PB)
Daniel Oliveira dos Santos	Técnico da COOPACNE
Representante de entidades profissionais ou empresariais	
Nome	Ocupação
Matias Grangeiro Filho	Presidente da CDL
Joan Diego Dias da Silva	Conselheiro da CDL
Representante de dirigentes sindicais ou associações/cooperativas	
Nome	Ocupação
Francinaldo Silva de Luna	Presidente do CARDAME e da Associação dos Agricultores do Carrasco
Jandira Pereira da Silva	Presidente da Associação dos Agricultores do Assentamento Cícero Romana I
Representante de ONGs ou instituições de ensino	
Nome	Ocupação
Elisvan Vieira Borges	Professor
Rodrigo da Silva	Professor

Fonte: PMSB/UFCC, 2020.

Foi enviado para o Comitê Executivo um modelo de Regimento Interno, que estabelece as normas de organização e funcionamento do Comitê de Coordenação do PMSB, juntamente com o respectivo decreto que institui esse regimento. O Comitê de Coordenação discutiu e aprovou o regimento interno, assim como elegeu um coordenador geral. Uma vez aprovado, tal regimento foi formalizado através do Decreto

nº 1.965, de 04 de maio de 2020 e da Portaria 139/2020 de 1º de maio de 2020 (Anexo 3).

É necessário esclarecer que as designações dos dois Comitês são imprescindíveis e complementares para a elaboração do PMSB de Esperança. O Comitê Executivo, através das informações e dados secundários dos bancos de dados do IBGE, SNIS, CAGEPA e dados da própria administração municipal, diagnostica tecnicamente os serviços de saneamento do município, ouvindo os problemas e anseios do saber popular de cada localidade específica. Já o Comitê de Coordenação ajudará oferecendo ao PMSB, pela sua diversidade, um olhar mais plural da situação do saneamento básico no município.

A pretensão desse processo técnico-participativo é a construção de uma visão integrada da área de saneamento básico, abrangendo os quatro componentes, além de promover a harmonia em relação às outras políticas públicas do município, do ponto de vista da saúde, educação ambiental, economia e organização sociocultural local, bem como entre os aspectos institucionais, próprios da política e da gestão, além de questões operacionais que determinam a qualidade dos serviços prestados à população (BRASIL, 2018).

Portanto, é justamente por meio desses dois comitês que o município de Esperança tem conduzido e conduzirá todo o processo de mobilização, participação social e comunicação, sendo as instâncias responsáveis de informar à população sobre a elaboração do PMSB.

#### 4.3 ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

A elaboração da Estratégia Participativa tem por finalidade indicar e estabelecer as ações de mobilização, participação e comunicação social, estipulando os objetivos, metas, ações e todo o escopo da mobilização durante o processo de elaboração do PMSB. Além do planejamento das atividades que serão desenvolvidas, os materiais - impressos e digitais - confeccionados para a comunicação, o Mapeamento dos Atores Locais, a composição do Comitê de Coordenação e a definição dos Setores de Mobilização, que irão compor o arranjo regionalizado para promover o alcance e a participação da população em todas as localidades (urbana e rural, incluindo as áreas

dispersas e comunidades tradicionais) que constituem o município. Tudo isso programado dentro de um cronograma de atividades, seguindo o tempo estabelecido pela Funasa.

Desse modo, este documento expressa, do ponto de vista teórico-metodológico, a combinação dos fundamentos do PMSB com as novas abordagens problematizadas a respeito da incorporação dos processos de mobilização, comunicação e participação social. Nesta perspectiva, percebe-se a necessidade de construir um **pacto social** entre o **poder público** e a **sociedade civil**, para, a partir da junção de interesses coletivos, sugerir mudanças que venham a melhorar as condições de vida da população e do meio ambiente em que vivem, diminuindo as desigualdades e promovendo a universalização do acesso aos serviços de saneamento.

Dessa forma, o saneamento básico assume uma natureza multidimensional que ultrapassa a estrutura física dos quatro componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais), admitindo um significado mais amplo, não só na dimensão da saúde, mas agrupando as dimensões social, cultural, ambiental e política. Nesta mesma perspectiva, o saneamento também incorpora um conjunto de ações educativas que fortalecem e qualificam a participação popular e o controle social, que pressupõem cidadãos ativos e críticos para que as intervenções possam atingir a efetividade necessária para garantir um saneamento de qualidade para todos os cidadãos no desenrolar de um processo democrático e inclusivo (SOUZA; FREITAS, 2009).

#### **4.3.1 Marcos legais: mobilização social, participação e controle social**

A reivindicação da participação social na elaboração de políticas públicas não é recente. Todavia, só veio a ser legitimada a partir da promulgação da Constituição Brasileira em 1988, institucionalizando a antiga cobrança popular e abrindo espaços para os anseios da sociedade civil. Vale ressaltar que ao longo dos últimos 20 anos, essas práticas vêm sendo ampliadas e os espaços de participação e controle social têm contribuído para a definição de políticas públicas mais voltadas para as demandas sociais.

Com relação ao saneamento básico, essas reivindicações também remetem à década de 1980, quando ocorriam as discussões em torno do Plano Nacional de



Saneamento (PLANASA). Entretanto, o reconhecimento legal sobre a participação social só veio ocorrer no final dos anos 2000, com a publicação da Lei nº 11.445/2007, que deu início a uma nova fase da concepção e implementação das políticas de saneamento no Brasil, incorporando anseios sociais quanto a mudanças da relação entre Estado e sociedade na área de saneamento.

A Lei Federal nº 11.445/2007 estabeleceu diretrizes nacionais para o saneamento básico e foi regulamentada pelos Decretos nº 7.217/2010 e nº 10.203/2020, tendo como princípios fundamentais: **a)** articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de combate à pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social; e **b)** o controle social. Olhando para esses dois princípios, percebe-se a integração do saneamento com outras políticas públicas, principalmente voltadas à saúde pública, como também os planos de saneamento que deverão ser compatíveis com os planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas em que o município estiver inserido, além de proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental similarmente às populações rurais e de pequenos núcleos isolados.

Ao estabelecer as diretrizes nacionais para o saneamento básico, já no art. 2º, a Lei nº 11.445/2007 registra uma novidade quanto à participação e controle social. No inciso X deste artigo, a Lei estabelece o controle social como um dos princípios fundamentais da prestação dos serviços públicos de saneamento básico. No inciso IV, do art. 3º, a lei define o controle social como sendo um conjunto de procedimentos que garantem o acesso à informação, a representação técnica e a participação na formulação, planejamento e avaliação das políticas de saneamento básico.

A Lei nº 11.445/2007 dá ênfase ao apoio à sociedade para a participação e o exercício democrático do controle social. Sempre tendo em vista a contribuição para a universalização do acesso, melhoria da qualidade e a máxima produtividade na prestação dos serviços de saneamento.

O controle social é colocado como um princípio fundamental da formulação da política e da elaboração do PMSB, o qual deve ser garantido nas diversas funções de gestão dos serviços públicos de saneamento, a saber: no planejamento, na prestação dos serviços, na regulação e na fiscalização. Seguindo as determinações legais, é preciso obedecer ao estabelecimento de preceitos e mecanismos para que este controle social se concretize (BRASIL, 2018).

A legislação em vigor define que as instâncias constituídas de participação popular e de controle social compreendem os conselhos municipais de políticas públicas, as conferências municipais, as audiências públicas, os fóruns temáticos, entre outros. Além disso, os municípios podem compor um Conselho ou utilizar outro existente para, dentre outras atribuições, proporcionar o controle social na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas, planos, programas e projetos (BRASIL, 2011).

Em 22 de janeiro de 2020 o Decreto da Presidência da República nº 10.203/2020, alterou o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2007. O decreto passa a vigorar nos seguintes termos:

§ 2º Após 31 de dezembro de 2022, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso aos recursos orçamentários da União ou aos recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico. (NR) (BRASIL, 2020).

A nova legislação estendeu mais uma vez o prazo para elaboração do Plano de Saneamento Básico dos municípios, já que muitos municípios brasileiros não conseguiram elaborar seus planos no tempo estipulado anteriormente, ficando privados de pleitear recursos da União para os serviços de saneamento e, dessa forma, aumentando ainda mais as distâncias sociais e econômicas em relação aos municípios que já possuem uma Política de Saneamento.

Em termos da operacionalização da lei é importante não minimizar os desafios, que são muitos, efetivando a participação nos processos decisórios em consonância com o bem coletivo. De toda maneira, o processo de mobilização, participação social e comunicação é imprescindível para a democratização das relações de poder, garantindo o acesso à informação e a redução de assimetrias entre o poder público e a sociedade civil, tornando-se marco essencial para a história do saneamento no Brasil contemporâneo.

No âmbito do município de Esperança-PB, será necessário fazer um levantamento das leis que já foram criadas e que estejam relacionadas à prestação dos serviços de saneamento, para que desta forma, possa ser estabelecido como ponto de partida para o planejamento de ações previstas no PMSB.

### 4.3.2 Diretrizes teórico-metodológicas

As argumentações teóricas que ressaltam a participação e a mobilização social como centrais no processo de formulação do PMSB apontam para a necessidade de refletir sobre a diversidade das formas de mobilização como sendo indispensáveis para o planejamento de estratégias operacionais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sabe-se que a participação da sociedade civil na gestão pública serve como dispositivo para a ampliação da presença de atores sociais populares nas instâncias de decisão político-administrativa, na medida em que representa a diversidade e heterogeneidade da sociedade ao incorporar outros níveis de poder além do Estado. Esta perspectiva se configura como um direito de autodesenvolvimento que pode ser alcançado numa sociedade participativa que contribui para a formação de uma cidadania qualificada (JACOBI, 2009).

As novas experiências de mobilização da sociedade fortalecem a capacidade de crítica e de participação da população através de um processo pedagógico e informativo, assim como a capacidade de multiplicação e aproveitamento do potencial dos cidadãos no processo decisório dentro de uma lógica coletiva.

Não existe uma fórmula correta para definir o processo de mobilização, participação e controle social, visto que a participação faz parte do cotidiano das relações sociais. O debate gerado em torno da conceituação de participação e mobilização social, e ainda do controle social, intensificou-se muito nas últimas décadas. Há inúmeras definições e indefinições a respeito da temática. A participação deve ser entendida como o fazer parte nas tomadas de decisão pelas pessoas usuárias de um serviço público ou privado. Colaborar com um projeto coletivo e também acompanhar, durante o projeto e ao final dele, as atividades geradas por meio daquelas decisões tomadas durante o processo participativo. Segundo Cotta, Cazal e Rodrigues (2009), a participação nada mais é do que um exercício real de cidadania e autonomia, com caráter emancipatório que caracteriza um controle democrático dos planejamentos e das políticas públicas.

Segundo Toro e Werneck (1996, p.5), a mobilização social é um processo de “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. Não se deve esquecer, porém, que o estímulo à

participação social faz emergir também conflitos latentes e permite a mediação de diferentes interesses a partir do processo de definição de prioridades de ação para o poder público.

A consolidação de propostas participativas representa a potencialização e a ampliação de práticas comunitárias, através da mobilização de pessoas que multiplicam atividades em prol do reconhecimento de direitos e estimulam estratégias de envolvimento e corresponsabilização (JACOBI; PAZ; SANTOS, 2016).

Segundo Jacobi (2012), os momentos de aprendizagem social e a troca de informações realça a colaboração entre os diferentes atores sociais, estimula o diálogo, motiva a formação de um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, para atuar no ambiente em uma perspectiva ampla, respeitando as diversidades socioculturais.

Nesse sentido, os participantes de uma comunidade interagem em ações e discussões, apoiam-se mutuamente, trocam informações, aprendem juntos. Assim, eles desenvolvem um repertório compartilhado de recursos: experiências, histórias, ferramentas, modos de lidar com problemas recorrentes e proposituras de prioridades de investimento e de ações de saneamento básico apropriadas para a localidade. Em síntese, a prática compartilhada permite a ampliação do número de indivíduos no exercício deste conhecimento e a comunicação entre essas pessoas, de modo a potencializar interações que tragam avanços substanciais na produção de novos repertórios e práticas de mobilização social para a sustentabilidade (JACOBI, 2012).

No que se refere ao saneamento básico, a participação e o controle social são essenciais para democratizar o processo de decisão e implementação das ações de saneamento. É importante destacar a participação social na gestão dos serviços públicos, a exemplo da Política de Saneamento Básico. Devem ser consideradas desde a presença e atuação nas discussões e formulação do PMSB, que dependerá de apreciação e aprovação da população local, até a criação da Lei Municipal de Saneamento Básico que deverá ser submetida para apreciação e votação pela Câmara Municipal e, caso aprovada, será sancionada pelo poder executivo.

Sobre o controle social no saneamento básico, ressalta-se o fortalecimento do papel dos cidadãos na gestão pública. Vale lembrar que a partir de janeiro de 2015, os municípios tiveram que instituir o controle social dos serviços públicos de saneamento para ter acesso aos recursos federais destinados às obras e outras ações desta área,

conforme estabelecido na Lei nº 11.445/2007 e nos Decretos nº 7.217/2010 e nº 10.203/2020. Assim, as obras e serviços de saneamento básico nos municípios passaram a ter o acompanhamento da sociedade civil. Neste caso, a participação passou a ser compreendida como um processo continuado de democratização da vida dos cidadãos e o controle social configura a possibilidade de os cidadãos fiscalizarem, monitorarem e controlarem as ações do poder público municipal no acompanhamento das suas políticas, em especial do Saneamento (JACOBI; PAZ; SANTOS, 2016).

As diretrizes metodológicas, indicadas no termo de referência da Funasa para elaboração do PMSB, representam na prática o que a legislação exige em termos de participação e controle social, todavia, alerta sobre a viabilidade e conveniência de adequar-se às características locais, sobretudo, segundo as formas de organização socioculturais da população.

É essencial que as ações dos comitês reconheçam a pluralidade e a diversidade dos meios natural, social, econômico e cultural. Respeitando os saberes, papéis, ritmos, valores e dinâmicas dos sujeitos envolvidos, ampliando a participação e acolhendo as diferenças, a fim de atribuir legitimidade aos acordos construídos coletivamente. Desse modo, a metodologia deve ser participativa, promotora de integração com as demais políticas públicas e interativa (JACOBI; PAZ; SANTOS, 2016).

As principais formas de interação cidadã são (BRASIL, 2011):

- ✓ Participação por meio de representantes da sociedade civil e do poder público no Comitê de Coordenação;
- ✓ Participação direta da comunidade por meio das reuniões, apresentações, debates e qualquer meio que possibilite a expressão de opiniões individuais ou coletivas;
- ✓ Participação nas atividades coordenadas, como audiências públicas, consultas e conferências municipais;
- ✓ Participação através das redes sociais, com relatos, denúncias, sugestões e elogios;
- ✓ Participação em fases determinadas da elaboração do PMSB, por meio de denúncias, sugestões ou alegações, apresentadas na forma escrita através de respostas dos questionários e urnas coletoras de informações que serão deixadas em pontos estratégicos para a captação dos anseios da população local.

Com essas indicações básicas de atuação da população, pretende-se socializar experiências e saberes, permitindo que a sociedade local se reconheça como parte integrante no processo de discussão sobre o saneamento básico de seu município, proporcionando o registro de informações que geralmente não estão disponíveis nas fontes convencionais de dados e informação.

A efetiva participação social pressupõe o envolvimento dos vários atores sociais e segmentos intervenientes durante toda a elaboração do Plano, devendo proporcionar o debate transparente e democrático sobre os múltiplos anseios na busca de consensos em torno dos interesses comuns da sociedade.

A combinação de ideias sobre planejamento, participação, mobilização e controle social deixa expresso que o planejamento dos serviços de saneamento tem por finalidade a valorização, a proteção e a gestão equilibrada dos recursos ambientais municipais, assegurando a sua harmonização com o desenvolvimento local e setorial através da economia do seu emprego e racionalização dos seus usos. Sendo assim, um Plano de Saneamento Básico deve procurar atender a princípios básicos, os quais deverão ser discutidos e acordados com a população do município.

Portanto, esta Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação objetiva sensibilizar a população de Esperança sobre a importância do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), com o intuito de obter uma efetiva participação social na construção de um PMSB verdadeiramente democrático, inclusivo, sustentável e que contribua para a transformação da realidade do município, buscando atingir a universalização dos serviços de saneamento básico a partir de:

- ✓ Tornar pública a construção do PMSB do município visando o envolvimento da maior diversidade sociocultural na elaboração do Plano;
- ✓ Informar pedagogicamente sobre questões relativas ao Saneamento Básico;
- ✓ Promover o controle social das ações realizadas pelo Comitê Executivo para além do controle exercido pelo Comitê de Coordenação;
- ✓ Identificar e capacitar atores sociais locais que possam ser agentes multiplicadores das ações do PMSB;
- ✓ Estabelecer Setores de Mobilização, de maneira que toda a área do município seja contemplada, garantindo que os eventos do PMSB sejam públicos e acessíveis à população local;



- ✓ Estabelecer o início de um processo dialógico entre saber técnico/científico e saber popular para a construção futura do diagnóstico;
- ✓ Instituir formas de comunicação para o recebimento de sugestões, críticas e comentários;
- ✓ Identificar as formas de organização sociocultural local, seus anseios, problemas, percepções sociais, conhecimentos e soluções relativas ao saneamento básico.

### 4.3.3 Procedimentos metodológicos das atividades

Como dito anteriormente, a metodologia da Estratégia Participativa é baseada na Lei 11.445/2007 (inciso IV, do art. 3º). Esta Lei estabelece como princípio a participação da sociedade em todos os processos de elaboração e implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico. Mas, qual tipo de participação será procurada e estimulada? Uma participação ativa, engajada, questionadora e propositiva.

Neste sentido, para a concretização das ações de mobilização, foi estabelecido um contato inicial com atores sociais locais, ou seja, representantes de organizações sociais do município (presidentes das associações e sindicatos, diretores de escolas municipais e estaduais, representantes da saúde municipal, ONG's, cooperativas de catadores de materiais recicláveis, entre outros) para que estes atuem como agentes multiplicadores das ações do PMSB. A partir daí, iniciou-se a busca por uma aproximação com a população de maneira geral, que será aprofundada com as ações desta Estratégia Participativa.

Com isso, o intuito é estabelecer uma relação simétrica entre a equipe técnica, o poder público local, as lideranças comunitárias e a população de maneira geral. Esta relação deverá ser dialógica e pedagógica para que todas as partes envolvidas no processo de elaboração do PMSB do município compreendam as nuances do Saneamento Básico e seus componentes, bem como possam retratar a realidade local. Portanto, serão criados espaços de socialização e aprendizado para que cada parte envolvida no processo possa compreender melhor uns aos outros e, assim, contribuir de maneira coletiva, unindo conhecimento técnico e saber popular num pacto social que visa à melhoria de vida da população através da universalização do acesso aos serviços de Saneamento Básico.

Todas as etapas de desenvolvimento do PMSB de Esperança deverão ter como princípios norteadores a **aprendizagem social**, o **envolvimento ativo**, a **consulta** e o **acesso público à participação** para que haja, através do desenvolvimento de conteúdos e metodologias participativas, a produção de conhecimentos, a compreensão de problemas inter-relacionados ao Saneamento Básico e à realidade local, bem como uma melhor compreensão das diferentes percepções de todas as partes (indivíduos e instituições) envolvidas no processo de construção do PMSB (BACCI et. al., 2016).

Neste sentido, a equipe técnica do PMSB estará aberta ao diálogo para a construção de metodologias alternativas, amparadas nas experiências de mobilização social local e que possam emergir no processo de construção do plano. Contudo, são estabelecidas aqui algumas **metodologias participativas**, baseadas no livro “Metodologias para o Fortalecimento do Controle Social no Saneamento Básico” (JACOBI; PAZ; SANTOS, 2016), mais especificamente no artigo “As Metodologias Propostas: um guia de aplicação” (BACCI, et. al, 2016).

Para as atividades previstas na Estratégia Participativa do PMSB de Esperança serão considerados os Setores de Mobilização definidos no Produto A (Atividades Iniciais), que favorecem a participação popular, pois foram selecionadas localidades públicas, de fácil acesso, com estrutura mínima para acomodar os participantes e que tenham recursos mínimos para que todos possam interagir e participar ativamente.

Todas as atividades com participação social terão caráter interdisciplinar, dialógica, híbrida, e conduzida sempre com uma linguagem de fácil acesso. Isso quer dizer que esses encontros com a população local serão sempre baseados em diversas áreas de conhecimento, ou melhor:

- 1) Em todos estes momentos, a equipe que estará presente na reunião contará com técnicos especializados em mais de uma área de conhecimento – mais especificamente Engenharia Civil, Ambiental, Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia) – além de contar com as *expertises* locais (técnicos do poder público, professores, lideranças, saberes populares, entre outros que emergirem no processo);
- 2) Para garantir uma linguagem de fácil acesso, a equipe técnica contará principalmente com a ajuda das lideranças locais, mas também com um levantamento prévio de dados sobre a realidade local;

- 3) Devido a essa interdisciplinaridade, as reuniões não seguirão à risca nenhuma metodologia específica, mas se basearão em três tipos de metodologias alternativas descritas por Bacci (et. al, 2016): *Word Café*, Espaço Aberto e Mapeamento Socioambiental, mas também nas experiências de mobilização local.

*Word Café*, também chamado de “Café Diálogo”, consiste na criação de um ambiente que estimule a participação nas audiências, ou seja, serão usados materiais (decoreação, café, bebidas não alcoólicas, comidas leves e adequadas à situação, etc.) de modo que haja uma atmosfera convidativa ao diálogo.

O “Espaço Aberto” consiste numa reunião de pauta aberta, mas com um tema claramente estabelecido, de modo que sejam colocadas questões pertinentes ao Saneamento Básico. Para que isso seja possível, faz-se necessário um espaço adequado, que permita uma reunião em círculo, a criação de subgrupos, que se reunirão previamente para trazer questões para o grupo como um todo, para que haja o debate. Além disso, é importante a disponibilidade de papéis, canetas, cartazes e um mural onde as ideias centrais possam ser expostas.

Por fim, o “Mapeamento Socioambiental” é um método de participação ativa que permite – através da utilização de mapas, imagens de satélite, cartas, canetas, câmera fotográfica, entre outros – uma prévia observação dos locais a serem visitados, de modo que os técnicos sejam guiados posteriormente para uma visita técnica a partir de uma discussão inicial, dizendo de outra forma, consiste num diálogo preliminar para conhecer a realidade através de uma observação da cartografia local.

#### 4.3.3.1 *Canais e materiais de comunicação*

O processo de elaboração do PMSB tem como pressuposto a participação da população e das partes interessadas, de acordo com o Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010. Neste sentido, todo o processo de comunicação social será amparado nas orientações do citado decreto.

Desse modo, a comunicação social se baseará no contato corpo a corpo, levando-se em consideração a colaboração dos comitês (executivo e de coordenação), bem como a comunicação convencional e virtual. O intuito é realizar um chamamento público, garantindo o direito à informação e à participação social a partir de materiais e

estratégias de comunicação, com a criação de canais de comunicação entre o poder público, a equipe técnica do projeto e a comunidade do município de Esperança.

A comunicação social, portanto, se baseará em três pilares: o planejamento da comunicação social, a produção e distribuição de material de divulgação e o relacionamento com as redes sociais e imprensa local. Todo o planejamento está baseado no fato de que a intervenção social é um pressuposto democrático, ou seja, não há democracia sem participação social.

Para os materiais de divulgação e canais de comunicação, estão sendo planejados panfletos, folders, livretos, cartazes, banners, convites, produtos para comunicação em rádio e difusora local, além de já contar com a existência de grupos de WhatsApp e perfil no Instagram. Além disso, serão utilizados sites e blogs locais que possam atuar como parceiros na divulgação de todo o material do PMSB.

Os panfletos são importantes, pois permitem uma comunicação corpo a corpo. Neste sentido, os panfletos propiciam o contato pessoal, através da entrega dos mesmos a um público diverso, possibilitando reforçar convites e tirar dúvidas.

Os folders são meios de comunicação que funcionam como os panfletos, porém, vão além, pois proporcionam um detalhamento de informações, se configurando como uma fonte mais pedagógica e completa, que serve para a educação do público alvo. Neste sentido, eles servem como importantes instrumentos educativos.

Os livretos são fundamentais, pois são meios de comunicação ainda mais detalhados que os anteriores. Eles possibilitam, por suas características, apresentar informações mais complexas e, por isso, servem de instrumento formativo se bem apresentados. Neste caso, eles serão utilizados para serem entregues a um público especializado, que atuará como agente de multiplicação das ações do PMSB no município.

Já os cartazes são interessantes por possibilitarem uma divulgação de informações de fácil apelo visual, que não necessita do contato pessoal. Apesar de eles excluírem o contato corpo a corpo, os cartazes têm uma importante funcionalidade na publicização de atividades e, por isso, serão distribuídos e afixados em locais diversificados e instituições públicas, como: escolas, postos de saúde, locais de grande movimentação e demais instituições públicas.

Os banners também são meios de comunicação bem eficientes e pedagógicos, pois, assim como os cartazes, possibilitam uma boa visualização, e têm, como os folders

e os livretos, um forte poder pedagógico e explicativo. Desse modo, eles serão afixados estrategicamente, em prédios públicos e locais movimentados e de fácil visualização, para facilitar a disseminação de informações sobre o plano.

Os convites são fundamentais, pois permitem um chamamento através de uma comunicação institucional efetiva. Eles ajudarão a mobilizar formalmente importantes atores e instituições locais que devem estar convocados e estar cientes dos processos do plano, como: poder executivo, legislativo, judiciário e instituições da sociedade civil organizada (como ONGs, sindicatos, associações, entre outras).

Todos esses materiais até aqui comentados (especialmente os panfletos, folders, livretos, cartazes e banners) possibilitam, cada um a seu modo, um contato com um público alvo bastante heterogêneo, pois são apropriados para jovens e adultos, sem distinção de idade. Isto é importante, pois um dos objetivos do PMSB é envolver a sociedade civil na sua elaboração e, portanto, o usuário comum do sistema de saneamento básico.

Para focar em públicos específicos serão utilizadas outras estratégias de comunicação que se somarão às anteriores apresentadas. Para o público jovem haverá a digitalização de todo o material até aqui descrito para a veiculação nos canais de comunicação virtuais já citados (WhatsApp e Instagram). Já para atingir um público de mais idade serão veiculados conteúdos nas rádios locais e em difusoras (caso existam), que também serão digitalizados para serem divulgados nos canais virtuais.

#### 4.3.3.2 *Estimativa da amostragem de representação popular nas audiências públicas*

Para o cálculo do tamanho da amostra e visando a obtenção da quantidade esperada de representantes da sociedade nas audiências públicas e o número de questionários que devem ser aplicados para se ter uma caracterização efetiva do município, utilizou-se a abordagem referente a populações finitas com base na estimativa da proporção populacional, conforme a Equação 1:

$$(1) \quad A = \frac{N \cdot (Z_{\alpha})^2 \cdot p \cdot q}{(N-1) \cdot e^2 + (Z_{\alpha})^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

**A:** tamanho da amostra;

**N:** quantidade de habitantes do município;

**$Z_{\alpha/2}$ :** valor crítico para o grau de confiança desejado (usualmente:  $1,96 = 95\%$ ). Representa o grau de certeza de que o valor obtido ao pesquisar a amostra, representa o mesmo ao pesquisar toda a população, dentro da margem de erro estabelecida;

**e:** margem de erro máxima admitida (adotado 5%). É o intervalo no qual espera-se encontrar o dado que se deseja medir do universo;

**p:** proporção populacional de indivíduos que se espera responder o questionário (adotado 0,50);

**q:** proporção populacional de indivíduos que não pertence à categoria de interesse. Nesse caso, por prudência, foi adotado o pior cenário, em que a população se distribui em partes iguais entre os que responderiam e os que não responderiam o questionário. Dessa forma, foi adotado  $q = 1 - p = 0,50$ .

A margem de erro, nível de confiança e o tamanho da amostra são fatores que estão correlacionados. Para obter uma margem de erro e um nível de confiança, será necessário um tamanho de amostra mínimo correspondente. Caso seja modificado qualquer um desses três parâmetros, os demais serão alterados (OCHOA, 2013).

O nível de confiança ou confiabilidade é o grau de certeza de que o valor obtido ao pesquisar a amostra representa o mesmo ao pesquisar toda a população, dentro da margem de erro estabelecida.

O tamanho da amostra representa a parcela mínima da população na qual será aplicado o questionário, com o objetivo de atender a margem de erro e o nível de confiança. Para efeitos de cálculo, o grau de confiança adotado foi de 95% ( $Z_{\alpha/2} = 1,96$ ), com uma margem de erro máxima admitida de 5%. Para o valor de N, foi utilizado o valor de população estimada para o ano de 2019 pelo IBGE para cada município.

A partir da determinação da amostra de pessoas que seriam necessárias para retratar a realidade do município como um todo, através da resposta ao questionário, foi calculada a distribuição mínima dos materiais de divulgação e comunicação para a população no intuito de chamar a atenção e convidar a participar das audiências públicas que serão realizadas em cada setor de mobilização do município.



Dentre os materiais que serão utilizados, estão folders, cartazes, livretos e panfletos. A amostra populacional e a quantidade de cada um desses materiais que será necessária para atingir a expectativa mínima de participação da população nas audiências públicas está retratada na Tabela 2, assim como os cálculos utilizados para se chegar a tais resultados, considerando o número total de habitantes do município segundo estimativa do IBGE para o ano de 2019. Nas audiências e conferências municipais serão utilizados 2 banners, como ferramenta de auxílio para explanação do tema em discussão.

Além deste material, 50 convites deverão ser confeccionados e enviados aos setores de formação e gestão municipal, convidando para a apreciação, em Conferências Públicas, do resultado final dos produtos do Plano Municipal de Saneamento Básico de Esperança – PB.

**Tabela 2** - Quantidade necessária de materiais para expectativa de participação nas audiências públicas e conferências municipais

<b>Município – Esperança</b>		
<b>População estimada (2019)</b>	Hab.	33.007
<b>Amostra (A)</b>	Hab.	380
<b>Folder (3xA)</b>	Un.	1.140
<b>Cartaz (A/10)</b>	Un.	38
<b>Livreto (A/5)</b>	Un.	76
<b>Panfleto (5 x A)</b>	Un.	1.900
<b>Convite</b>	Un.	50
<b>Banner</b>	Un.	2

Fonte: PMSB/UFCC, 2020.

#### 4.3.3.3 Espaços de participação

##### Reuniões iniciais

O primeiro evento da Estratégia Participativa foi a realização de uma reunião, agendada previamente com os dois representantes do Comitê Executivo, indicados pelo gestor público no momento de inscrever o município junto ao edital da Funasa. Os dois representantes do município ficaram responsáveis pelo chamamento da população do município, principalmente representantes de organizações sociais (associações rurais, associações de moradores), conselhos municipais (saúde, educação, desenvolvimento rural sustentável) e secretários e representantes da gestão pública do município (saúde,

educação, obras e infraestrutura, agricultura, turismo, comunicação, entre outros) para participarem dessa primeira reunião de discussão e apresentação das estratégias de elaboração do PMSB.

Esse evento teve como principal objetivo divulgar o processo de elaboração do PMSB e a sua Estratégia Participativa, apresentar aos presentes os princípios básicos do saneamento e a abrangência dos quatro componentes do saneamento básico, pensando em todo o território do município e englobando a área urbana e a zona rural. Nessa primeira reunião foi formalizado o Comitê Executivo, sendo publicada e entregue a Portaria de nomeação contendo os representantes indicados.

Também foi discutida nessa primeira reunião a formação do Comitê de Coordenação, quando os representantes do poder público que fazem parte do Comitê Executivo indicaram representantes e lideranças comunitárias e da administração municipal para fazerem parte do comitê de coordenação, cumprindo a prerrogativa de sugerir representantes do poder público e da sociedade civil, de forma paritária, e com os seus respectivos suplentes.

Ainda na reunião, iniciou-se o mapeamento dos atores locais, o que incluiu identificar nomes de lideranças comunitárias, religiosas, artistas locais, agentes públicos de saúde, professores, radialistas e jornalistas, para serem vetores de mobilização, ou seja, pessoas que pudessem compartilhar e levar informações para o maior número de pessoas possíveis, comunicando sobre a elaboração do plano e levando materiais e possíveis conteúdos para todas as localidades do município.

A reunião foi registrada de diversos modos. Houve a redação de uma ata, que foi aprovada pelo Comitê Executivo, com a pauta e os assuntos debatidos na ocasião (Apêndice B). Além disso, a presença dos participantes foi registrada através de uma lista de presença (Apêndice C) e de registros fotográficos (Apêndice D).

### **Audiências Públicas**

Com o objetivo de apresentar, debater e acordar os conteúdos da situação atual dos serviços de saneamento e dos seus impactos nas condições de vida da população, serão realizadas no município de Esperança cinco reuniões com a população, chamadas de “audiências públicas”, em locais já mapeados nos Setores de Mobilização, abrangendo toda a população do município, zona urbana e zona rural.

A audiência pública é uma ferramenta importante para a Estratégia Participativa no Plano de Saneamento Básico, tendo em vista que a participação popular e o controle social fazem parte do desenvolvimento do mesmo, garantindo que os cidadãos possam diagnosticar os problemas relacionados ao saneamento básico de cada Setor de Mobilização e que as necessidades da população com relação à reestruturação do sistema de saneamento sejam conhecidas por quem irá elaborá-lo, podendo assim serem contempladas no plano.

O conteúdo extraído das audiências irá compor parte do diagnóstico técnico participativo, pois são justamente as deficiências, as necessidades e as sugestões de soluções de cada localidade que serão diagnosticadas. A partir daí, a equipe técnica da UFCG vai tabular essas relações e sugestões e somar com os dados oficiais, para então, a partir daí, planejar o saneamento baseado na realidade de cada comunidade que faz parte do município.

As audiências públicas permitem que ocorra uma maior discussão sobre o assunto (saneamento), havendo o aumento da interação e comprometimento da população na elaboração do PMSB. Haverá também a aplicação de um questionário de diagnóstico da situação dos quatro componentes do saneamento básico em cada setor de mobilização, o qual será respondido individualmente por todos os participantes ao final da audiência pública.

Vale salientar que as audiências serão agendadas previamente e feito todo o processo de divulgação no município, através das redes sociais, rádios e corpo a corpo, através dos atores sociais e lideranças comunitárias que estão contribuindo como agentes multiplicadores de informação e divulgação da elaboração do PMSB e da Política de Saneamento.

As audiências públicas obedecerão às seguintes etapas:

- ✓ Apresentação da equipe de trabalho;
- ✓ Esclarecimento dos objetivos e da forma metodológica de elaboração do PMSB e da respectiva Política de Saneamento e a importância de seus quatro componentes na vida da população;
- ✓ Realização de uma dinâmica que envolva todo o público presente, com o intuito de estimular a participação de todos;
- ✓ Explicação da importância da participação social para que o plano se concretize;

- ✓ Abertura de espaço para a população se pronunciar sobre os problemas existentes nas suas comunidades quanto a prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo dos resíduos sólidos;
- ✓ Abertura de espaço para a população se pronunciar, mostrar seus pontos de vista e sugerir cenários futuros e priorização de programas, projetos e ações, compatíveis técnica e economicamente e que possam atender às suas necessidades;
- ✓ Organização das falas, de modo a permitir que haja representação de todas as localidades (bairros e comunidades) inseridas em cada setor de mobilização;
- ✓ Aplicação de um questionário envolvendo os quatro componentes do saneamento básico, com o objetivo de identificar e mapear os serviços de saneamento em cada setor de mobilização.

A realização dessas atividades exige uma logística adequada, para que os objetivos de cada etapa da elaboração do Plano sejam atingidos, com a efetiva participação da população. Nesse sentido, será necessário:

- ✓ Identificar e reservar locais de reuniões acessíveis à população, prevendo a quantidade e o conforto de participantes;
- ✓ Disponibilizar recursos materiais e humanos para operacionalizar as audiências públicas e a conferência;
- ✓ Prever a contratação de lanche, água, café de acordo com o tamanho e objetivo da reunião e a realidade dos participantes;
- ✓ Prever o deslocamento da população de áreas distantes.

Deve ser estimulado o interesse e comprometimento da comunidade perante a elaboração do PMSB. A partir destas reuniões, serão listadas as prioridades de ações no plano e levantadas as informações complementares à elaboração do diagnóstico.

Será preenchida uma lista de presença na chegada dos participantes, e nesta lista irão constar nome, entidade/associação, bairro/comunidade, telefone e e-mail. Vale destacar ainda que todo o evento será registrado em ata com os assuntos debatidos, além de ser fotografado como forma de registro.

Após o levantamento e registro das informações provenientes da população, será reforçado o compromisso com os mesmos para participação da Conferência Municipal de apresentação do Plano.

### **Canais para recebimento de críticas e sugestões**

Com o intuito de atingir o maior número de pessoas do município de Esperança, além das audiências públicas, a Estratégia Participativa oferece à população do município amplas possibilidades e diversos canais para permitir o acesso, a participação e sua manifestação acerca da elaboração do PMSB.

Para tanto, serão colocadas urnas e seus respectivos formulários à disposição dos moradores de Esperança, preferencialmente em localidades (bairros e comunidades rurais) que não tiveram representação social no decorrer das audiências públicas. Nessas urnas poderão ser depositadas, por escrito, sugestões, avaliações e críticas. Terão oportunidade de contribuir também por mensagens deixadas nos canais de redes sociais do PMSB (Instagram e WhatsApp) disponíveis na web, espaços que serão destinados tanto para receber e coletar informações e reclamações dos cidadãos, quanto para divulgar a programação e notícias do PMSB.

Após coletadas as informações fornecidas pela população, ocorrerá a tabulação das mesmas, a fim de buscar respostas, assim como também mostrar resultados sobre as questões levantadas nas consultas. O próximo passo a ser seguido é a realização da Conferência Municipal, visando apresentar e divulgar a toda população do município o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) finalizado.

### **Conferências Municipais de Saneamento Básico**

A Conferência Municipal é mais um meio de comunicação e participação que a população dispõe para acompanhar e participar do processo de decisão e implementação das ações de saneamento básico no município, estimulando o diálogo e promovendo o esclarecimento de dúvidas. Serão convidados a participar das Conferências Municipais de Saneamento Básico: membros dos Comitês Executivo e de Coordenação, membros dos conselhos municipais, representantes da Câmara de vereadores, representantes das associações rurais, ONG's, e toda a população do município.

Serão realizadas duas conferências de saneamento básico no município de Esperança. A primeira conferência tem por objetivo apresentar o diagnóstico dos

serviços de saneamento básico do município. Durante o evento serão mostrados os resultados compilados no diagnóstico técnico-participativo, ou seja, reunidos a partir da junção dos dados oficiais sobre saneamento do município, dos relatos dos moradores, colhidos nas audiências públicas, por outros canais de recebimento de informações da sociedade civil e dados oficiais. Ainda haverá espaço para recolher sugestões e críticas ao diagnóstico apresentado, para que a partir de uma análise técnica, os pontos discutidos sejam agregados ao relatório final do diagnóstico dos sistemas de saneamento. Espera-se que a manifestação da sociedade venha na forma escrita e oral, uma vez que será incentivada a participação popular durante e após o evento.

A segunda conferência municipal acontecerá após a finalização dos produtos de Prognóstico; Projetos, Programas e Ações; Monitoramento e Avaliação dos produtos do PMSB, com o objetivo de apreciar a apresentação do relatório síntese, todavia, ainda há espaços para a manifestação da sociedade e acolhimento de propostas de ajustes para as localidades (bairros, comunidades e povoados) que não se sentirem devidamente atendidas no referido planejamento. O intuito da segunda conferência é justamente a apresentação e entrega do produto final, concluindo o processo de formulação e aprovação do PMSB. Nesse evento, espera-se que a proposta final do Plano seja avaliada do ponto de vista do cumprimento da legislação e da incorporação das contribuições surgidas durante o processo e que foram pactuadas.

A realização das conferências municipais tem por finalidade legitimar o processo, solucionar reivindicações, conflitos e planejar e aprovar programas, projetos e ações em saneamento para o município, devendo para isso:

- ✓ Divulgar os produtos (diagnóstico e relatório final) e as ações previstas para integrarem o PMSB, caracterizadas, descritas e avaliadas técnica, econômica, ambiental, social e culturalmente;
- ✓ Alertar quais ações serão propostas para atendimento em curto, médio ou longo prazos, listando as prioridades das ações do PMSB;
- ✓ Sintetizar e apresentar os resultados do município, por setor de mobilização;
- ✓ Abrir espaço para a população se pronunciar e sugerir alterações, que serão avaliadas tecnicamente pela equipe de elaboração do PMSB;
- ✓ Mediar as falas no momento da conferência;
- ✓ Indicar a formação do Conselho Municipal de Saneamento na II Conferência Municipal do PMSB, para acompanhamento de trabalhos



futuros, visando acompanhamento da aprovação da Lei, revisão do PMSB, estudo de indicadores de desempenho.

O material que será apresentado nas Conferências Municipais (diagnóstico, programas, projetos e ações e relatório final) será enviado com antecedência para os Comitês de Coordenação e Executivo e também ficará à disposição para consulta da população em local a ser definido pelo comitê de Execução, permitindo a atuação e participação social com os últimos comentários e sugestões.

As Conferências municipais irão acontecer em local agendado previamente. Será feito um calendário de divulgação e comunicação à população do município utilizando o material de divulgação já preparado para as audiências públicas, sendo acrescido, para estes eventos, da confecção e distribuição de 50 convites que deverão ser enviados aos representantes do poder público e da sociedade civil do município, convidando para a apreciação do resultado final dos produtos do Plano Municipal de Saneamento Básico de Esperança. Após a realização da segunda conferência municipal, o plano deverá ser submetido à aprovação em instância colegiada, e, posteriormente, encaminhado para aprovação final na Câmara Municipal de Esperança.

As conferências devem ocorrer após o término do(s) produto(s) a serem apresentados e avaliados pela comunidade e devem ocorrer da seguinte forma:

- **I Conferência Municipal de Saneamento Básico:** serão apresentados os resultados do Produto C – Diagnóstico Técnico Participativo dos serviços de saneamento básico do município. Esta atividade está prevista para ocorrer no mês de maio de 2021.
- **II Conferência Municipal de Saneamento Básico:** serão apresentados os resultados dos Produtos D, E e F, de forma a discutir e aprovar o planejamento de ações previstas para os serviços de saneamento no município e contribuir, desta forma, para a elaboração do Produto G – Relatório Síntese e Minuta do Projeto de Lei para aprovação do PMSB. Esta atividade está prevista para ocorrer entre os meses de março e abril de 2023.

### Oficinas de capacitação técnica

As oficinas de capacitação técnica também se apresentam como uma forma de comunicação e participação. Seu principal objetivo é proporcionar momentos de

interação da equipe técnica da UFCG e os representantes de Esperança no Comitê Executivo para orientação, discussão, avaliação e deliberação sobre a condução das atividades inerentes à elaboração do plano.

Além de capacitar os representantes do município do Comitê Executivo para serem verdadeiros multiplicadores de mobilização social, a equipe da UFCG deverá tomar todas as providências para garantir o bom andamento das atividades e a articulação com os diversos órgãos e instituições envolvidos no processo de levantamento de dados para elaboração do PMSB. Deve ainda definir o cronograma das atividades e seus locais de realização, o material que será utilizado na mobilização da população, nas audiências, reuniões, conferências; assim como a logística necessária para a realização dos eventos em cada setor do município.

Serão realizadas quatro capacitações técnicas ao longo de todo o processo de elaboração do PMSB, as mesmas acontecerão na UFCG, nos campi de Campina Grande e de Pombal, atendendo o calendário indicado no Quadro 5.

**Quadro 5 - Cronograma das capacitações técnicas**

CAPACITAÇÕES	EIXO TEMÁTICO	LOCAL	DATA*
Primeira Capacitação	Diagnóstico Técnico-Participativo	UFCG – Campus Campina Grande	Entre 18 e 22 de maio de 2020
		UFCG – Campus Pombal	Entre 18 e 22 de maio de 2020
Segunda Capacitação	Prognóstico do Saneamento Básico	UFCG – Campus Campina Grande	Entre 7 e 11 de maio de 2021
		UFCG – Campus Pombal	Entre 7 e 11 de maio de 2021
Terceira Capacitação	Programas, projetos e ações do PMSB	UFCG – Campus Campina Grande	Entre 16 e 20 de maio de 2022
		UFCG – Campus Pombal	Entre 16 e 20 de maio de 2022
Quarta Capacitação	Indicadores de desempenho do PMSB	UFCG – Campus Campina Grande	Entre 23 e 27 de janeiro de 2023
		UFCG – Campus Pombal	Entre 23 e 27 de janeiro de 2023

\*As datas indicadas podem sofrer alterações.

Fonte: PMSB/UFCG, 2020.

As capacitações técnicas serão agendadas previamente, com antecedência mínima de 15 dias e envio da pauta a ser discutida em cada evento. O mesmo terá duração de até dois dias.

As capacitações técnicas obedecerão às seguintes etapas:

- ✓ Elaboração prévia de uma apostila que auxiliará na capacitação;
- ✓ Apresentação dos objetivos e a forma metodológica de elaboração de cada Produto do PMSB;
- ✓ Realização de dinâmicas de grupo com o intuito de estimular a participação e consolidação de conhecimentos inerentes a construção do PMSB;
- ✓ Definição de atividades a serem cumpridas para o efetivo repasse de dados essenciais a elaboração do PMSB, atendendo a perspectiva da obtenção de um trabalho Técnico Participativo e integrado aos anseios locais;
- ✓ Construção de questionários, tabelas de dados e outros elementos a serem preenchidos pelos representantes municipais em cada etapa do PMSB;
- ✓ Fortalecer a corresponsabilidade dos componentes do Comitê Executivo na elaboração do Plano de saneamento de Esperança.

Ao término das capacitações técnicas os representantes do município no comitê executivo devem repassar as necessidades de informações a serem levantadas no município, bem como a distribuição de material de divulgação aos representantes do Comitê de Coordenação e para os possíveis agentes multiplicadores de mobilização, como os professores, os agentes municipais de saúde, os presidentes de associações rurais, as lideranças religiosas, as lideranças comunitárias, os conselheiros municipais, radialistas entre outros agentes públicos e atores sociais locais que possam se envolver no processo de comunicação e mobilização da sociedade.

#### 4.3.4 Ações e metas

As ações a serem desenvolvidas compreendem o conjunto de atividades necessárias para se cumprir os objetivos do PMSB de maneira eficaz e eficiente. As metas são os resultados práticos previstos a serem alcançados no desenvolver das ações planejadas. As ações e metas descritas aqui poderão ser alteradas ou ampliadas de acordo com as necessidades emergentes no andamento das atividades de elaboração do PMSB.

Neste sentido, as ações e metas são as atividades práticas para a realização de um amplo chamamento público, que garanta o já citado direito à informação e uma efetiva participação da sociedade local. Desse modo, explicita-se aqui as estratégias de comunicação e mobilização através da criação de espaços de participação e canais de comunicação entre o poder público, a equipe técnica do plano e a comunidade de Esperança. As metas e ações que têm sido e serão desenvolvidas no PMSB são expostas no Quadro 6.

**Quadro 6 - Metas, ações, aspectos metodológicos e indicador de execução**

METAS	AÇÕES	ASPECTOS METODOLÓGICOS	INDICADOR DE EXECUÇÃO
<b>Divulgação das Atividades do PMSB</b>	Elaboração de materiais de comunicação e publicidade do PMSB: panfletos, folders, livretos, cartazes, banners, convites, produção de propaganda para rádio e difusora local, páginas e grupos em redes sociais	Com base em produções técnicas do Ministério da Saúde e da Funasa (Termo de Referência, artigos, revistas e matérias) serão confeccionados os materiais de comunicação e publicidade do PMSB, levando-se sempre em consideração o caráter educacional do plano	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 1.900 Panfletos*</li> <li>- 1.140 Folders*</li> <li>- 76 Livretos*</li> <li>- 38 Cartazes*</li> <li>- 2 Banners*</li> <li>- 50 Convites*</li> <li>- Propaganda de Rádio</li> <li>- Grupo de WhatsApp</li> <li>- Página no Instagram</li> </ul>
<b>Mobilização, Participação Social e Representatividade</b>	Contato com o Poder Público municipal e com importantes Atores Sociais da sociedade civil (indivíduos e instituições) para que estes sejam agentes de multiplicação das ações do PMSB e possam mobilizar a população local para uma participação ativa e que tenha a	Através do conhecimento da realidade local e da interação entre Poder Público, Equipe Técnica e Atores Sociais do Município – substanciados nos Comitês de Execução e Coordenação – têm-se realizado o mapeamento dos atores sociais do município (lideranças locais e instituições da sociedade civil organizada), bem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupo de WhatsApp para os Comitês de Execução e Coordenação</li> <li>- Mapa dos Setores de Mobilização</li> <li>- Questionários com dados sobre Setores e Atores de Mobilização</li> <li>- Realização de 5 Audiências Públicas</li> <li>- Realização de</li> </ul>

	<p>representação de todas as localidades do município.</p> <p>Criação de canais de comunicação permanente entre a equipe técnica, os relevantes atores sociais do município e a população em geral. Realização de reuniões (audiências públicas e conferências) com participação popular.</p>	<p>como a criação de Setores de Mobilização e o levantamento das formas de mobilização e participação social local exitosas.</p> <p>Capacitação dos Atores do Comitê de Execução para sensibilizá-los sobre a importância do fomento à participação social</p>	<p>2 Conferências Públicas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ata de reunião.</li> <li>- Lista de Presença.</li> <li>- Registro Fotográfico</li> <li>- Participação de cidadãos de todas as localidades</li> <li>- População a ser envolvida no processo: mínimo de 380</li> </ul>
<p><b>Levantamento de Dados</b></p>	<p>Pesquisa em bases de dados sobre o município.</p> <p>Reuniões diagnósticas com a população local.</p> <p>Visitas técnicas diagnósticas nos bairros e aldeias.</p>	<p>Através de uma metodologia técnico-científica será realizada uma busca de dados sobre o saneamento nos principais bancos de dados disponíveis.</p> <p>Encontro com a população nas audiências públicas de modo a estimular uma participação ativa, através de metodologias participantes e dinâmicas. Caminhar pelo município para realizar um diagnóstico técnico do saneamento local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planilha com dados quantitativos e qualitativos sobre o Saneamento Básico do município</li> <li>- Registro das audiências públicas em caderno de campo, registro audiovisual e fotográfico,</li> <li>- Produção dados pelos próprios moradores, através de dinâmicas de metodologia participativa</li> <li>- Registro visual e escrito das visitas técnicas</li> </ul>

<p align="center"><b>Aprovação dos Produtos</b></p>	<p>Confecção dos produtos do PMSB e submissão dos mesmos ao Comitê de Coordenação do Município</p>	<p>Todos os produtos serão colocados para a apreciação do Comitê de Coordenação, com um prazo hábil de leitura do mesmo para a deliberação coletiva sobre seu conteúdo, tendo em vista o controle social do trabalho executado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envio dos produtos</li> <li>- Apresentação dos produtos</li> <li>- Reunião do Comitê de Coordenação para avaliação e deliberação coletiva</li> </ul>
---	--	--	---

\*Os números indicados são uma estimativa podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades observadas na localidade.

Fonte: PMSB/UFCC, 2020.

Os Produtos A e B foram avaliados e aprovados com ressalvas pelo Comitê de Coordenação, conforme Parecer 01/2020 de 30 de abril de 2020 (Anexo 4) repassado para o Comitê Executivo no dia 7 de maio de 2020 para apreciação. Todas as sugestões colocadas no parecer foram acatadas e devidamente corrigidas nos Produtos A e B.

Cabe ressaltar que a análise realizada pelo Comitê de Coordenação foi feita de maneira remota devido à pandemia do Covid-19 e, por esse motivo, não puderam assinar o documento. Após cessado o período de reclusão, o mesmo será devidamente assinado por todos os membros do referido comitê.



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ARAGÃO, João Paulo Gomes de Vasconcelos; e NOBRE, Joel Santos Pereira. **Desafios da convivência com o Semiárido: abordagem à luz da configuração econômica e socioespacial do município de Esperança – PB.** Revista InterEspaço Grajaú/MA v. 3, n. 10 p. 20-42 set./dez. 2017.

ARAGÃO. João Paulo Gomes de Vasconcelos; e SOUZA, Caroline Oliveira Porto. **Reflexões sobre o desenvolvimento em cidades pequenas: o caso de Esperança, estado da Paraíba.** Revista Principia. Divulgação científica e tecnológica do IFPB. 2017.

BACCI, D. L. C.; SANTOS, V. M. N. CARUSO, C. F. M.; SANTOS, I. P. O. O que são e pra que servem as metodologias participativas e as metodologias propostas: um guia de aplicação. In: JACOBI, P. R; PAZ, M. G. A.; SANTOS, I. P. O (Orgs.). **Metodologias Para o Fortalecimento do Controle Social.** Brasil. Fundação Nacional de Saúde; Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2016.

BOS, R et al. **Manual Sobre os Direitos Humanos à Água Potável e Saneamento para Profissionais.** IWA Publishing, 2016. Disponível em: <[https://iwa-network.org/wp-content/uploads/2017/12/9781780408750.full\\_.pdf](https://iwa-network.org/wp-content/uploads/2017/12/9781780408750.full_.pdf)>. Acesso em: 13 mar. de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008.** Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.203/2020 de 22 de janeiro de 2020.** Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2020. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Decreto/D10203.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10203.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7217.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7217.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2020

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 11.445/2007 de 05 de janeiro de 2007.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm)>. Acesso em: 25 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 12.305/2010 de 02 de agosto de 2010.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)>. Acesso em: 25 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde (Funasa). **Termo de Referência para a Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico**. Brasília, DF: Funasa, 2018. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/termo-de-referencia-tr-para-pmsb>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2011. 244 p.

COTTA, R. M. M.; CAZAL, M. M.; RODRIGUES, J. F. C. **Participação, Controle Social e Exercício da Cidadania: a (des)informação como obstáculo à atuação dos conselheiros de saúde**. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [ 2 ]: 419-438, 2009. p. 419-438.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Esperança, estado da Paraíba**. Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

FERREIRA, Rau. **Capítulos da História Esperancense/ Rau Ferreira – Esperança/PB**, 2011.

GALVÃO JÚNIOR, A.C. Planos municipais de saneamento básico. **Revista DAE**, n. 193, p.7-15, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010 Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/esperanca/panorama>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias 2017**. IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

\_\_\_\_\_. **IBGE – Cidades**. 2020. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 28 mar. 2020.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **INCRA nos Estados: informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. 2020. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

INTERPA - Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba. **Quadro do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Governo da Paraíba, Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, Instituto de Terras e Planejamento Agrícola, 2015.

JACOBI, P. R. Gestão democrática e participativa no saneamento: conceitos e problematização. In: Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. PMSS. **Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico**. coord. CORDEIRO, B. de S. Brasília: Ministério das Cidades, 2009. p. 103-113.

\_\_\_\_\_. Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade. *In: PHILIPPI, A. et al. (Eds.) Gestão da Natureza Pública e Sustentabilidade*. São Paulo: Manole, 2012. Cap. 12, pp.343-361.

JACOBI, P. R.; PAZ, M. G. A.; SANTOS, I. P. O (Orgs.). **Metodologias Para o Fortalecimento do Controle Social**. Brasil. Fundação Nacional de Saúde; Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2016.

MENICUCCI, T.; D'ALBUQUERQUE. Política de saneamento vis-à-vis à política de saúde: encontros, desencontros e seus efeitos. **Saneamento como política pública: um olhar a partir dos desafios do SUS**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz/Fiocruz, 2018.

NEVES-SILVA, Priscila; HELLER, Léo. O direito humano à água e ao esgotamento sanitário como instrumento para promoção da saúde de populações vulneráveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1861-1870, 2016.

OCHOA, C. **Cálculo de Amostras**. Disponível em: <<http://www.netquest.com/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso/>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

PARAÍBA. **Banco de dados da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs)**. 2019. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/meteorologia-chuvas/?formdate=2019-12-31&produto=municipio&periodo=anual>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

PEREIRA, T. S. T.; HELLER, L. Planos municipais de saneamento básico: avaliação de 18 casos brasileiros. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 20, n. 3, p. 395-404, 2015.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SANTOS, A. P. S.; MARIN, A. M. P.; FORERO, L. F. U.; MOREIRA, J. M.; MEDEIROS, A. M. L.; LIMA, R. C. S. A.; BEZERRA, H. B.; BEZERRA, B. G.; SILVA, L. L. **O Semiárido Brasileiro: riquezas, diversidades e saberes**. Campina Grande: INSA / Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2013.

SOUZA, C. M. N.; FREITAS, C. M. **Discursos de usuários sobre uma intervenção em saneamento: uma análise na ótica da promoção da Saúde e da prevenção de doenças**. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2009. p. 59-68.

TORO E WERNECK. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. UNICEF, 1996.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A– QUESTIONÁRIO DE MOBILIZAÇÃO



### SETORES E AGENTES DE MOBILIZAÇÃO

<b>NOME DO MUNICÍPIO:</b> <u>Esperança / PB</u>
<b><u>ZONA URBANA (SEDE)</u></b>
<i>Existem Bairros no Setor Urbano?</i> Não ( ) Sim (X), Quantos? <u>6</u>
<i>Nomes dos bairros/conjuntos populacionais (separe por vírgulas):</i> <u>Centro, Portal, Nova Esperança, Beleza dos Campos, Belo Jardim, Lírio Verde, Conjunto Joseilton Belarmino (ainda não é bairro)</u>
<b><u>DISTRITOS</u></b>
<i>Existem Distritos no Município?</i> Não ( ) Sim (X), Quantos? <u>3</u>
<i>Nomes dos distritos:</i> <u>São Miguel, Massabiele e Pintado</u>
<b><u>ZONA RURAL</u></b>



<i>Nomes das localidades da Zona Rural (sítios, povoados ou comunidades, entre outros)?</i> _____
<u>Mulatinha, Pau Ferro, Lagoa Verde, Riacho Fundo, Lagedão, Meia Pataca, Lages, Campo Formoso, Lagoa de Pedra, Riacho Amarelo, José Lopes, Umburanas, Meia Pataca II, Capeba, Bela Vista, Carrasco, Pintado, Pedra Pintada, Araras, Quarenta, Umbú, Junco, São Miguel, Caldeirões, Benefício, Logradouro, Cícero Romana I, Massabiele, Manicoba, Cícero Romana II, Lagoa de Pedra II, Quebra-Pé, Timbaúba, Boa Vista, Malhada da Serra, Boa Vista, Gravatazinho, Barra do Camará, Cinza e Lagedão.</u>
<b>COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>
<b>(Quilombolas, indígenas, ciganos, povos de terreiro, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, catingueiros, entre outros)</b>
<i>Existem Comunidades Tradicionais no Município?</i> Não (x) Sim ( ), Quantas? _____
<b>Nome/Tipo da comunidade:</b> _____ <b>Representante:</b> _____
<b>Telefone:</b> _____ <b>E-mail:</b> _____
<b>População total:</b> _____ <b>Número de Famílias:</b> _____





Existem Assentamentos no Município? Não ( ) Sim ( x ), Quantos? 04 \_\_\_\_\_

Nome do Assentamento: Associação de Assentamento Araras Representante: José Francisco dos Santos  
Telefone: 99313-9068 E-mail: \_\_\_\_\_  
População total: \_\_\_\_\_ Número de Famílias Assentadas: \_\_\_\_\_  
Tipo de Assentamento: INCRA ( ) Crédito Fundiário/INTERPA ( ) Outros ( )

Nome do Assentamento: Associação de Assentamento Cícero Romana I Representante: Jandira D. da Silva  
Telefone: 3361-1198 E-mail: \_\_\_\_\_  
População total: \_\_\_\_\_ Número de Famílias Assentadas: \_\_\_\_\_  
Tipo de Assentamento: INCRA ( ) Crédito Fundiário/INTERPA ( ) Outros ( )

Nome do Assentamento: Associação de Assentamento Cícero Romana II Representante: Alexandre Vicente da Silva  
Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
População total: \_\_\_\_\_ Número de Famílias Assentadas: \_\_\_\_\_  
Tipo de Assentamento: INCRA ( ) Crédito Fundiário/INTERPA ( ) Outros ( )

Nome do Assentamento: Associação de Assentamento de Manicoba Representante: Maria Aparecida da Costa



Telefone: 99990-3435 E-mail: \_\_\_\_\_  
População total: \_\_\_\_\_ Número de Famílias Assentadas: \_\_\_\_\_  
Tipo de Assentamento: INCRA ( ) Crédito Fundiário/INTERPA ( ) Outros ( )

**INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (EM ATIVIDADE)**  
(Associações, Sindicatos, Cooperativas, ONGs, Clube de Mães, Movimentos Sociais, entre outros)

Nome e Sigla da Instituição: Associação de Desenvolvimento de Mulatinha  
Representante: Jailson Alves de Araújo Telefone: 99141 7718  
E-mail: \_\_\_\_\_ Local da Instituição: \_\_\_\_\_

Nome e Sigla da Instituição: Associação Rural de Pequenos Produtores de Pau-Ferro  
Representante: Maria Dalva Dias de Almeida Telefone: 99117-9114  
E-mail: \_\_\_\_\_ Local da Instituição: \_\_\_\_\_

Nome e Sigla da Instituição: Núcleo de Integração de Riacho Fundo







Plano Municipal de  
Saneamento  
Básico

Representante: José Martinho	Telefone: 99940-6202
E-mail:	Local da Instituição:
Nome e Sigla da Instituição: Associação de Pequenos Produtores Rurais de Lagedão	
Representante: Germano	Telefone: 99149-6584
E-mail:	Local da Instituição:
Nome e Sigla da Instituição: Associação dos Agricultores Familiar de Meia Pataca	
Representante: Maria das Graças Santos Araújo	Telefone: 99906-0278
E-mail:	Local da Instituição:
Nome e Sigla da Instituição: Associação dos Produtores do Sítio Lages e Adjacências	
Representante: Edvânia Maria de Almeida Nascimento	Telefone: 99154-3085
E-mail:	Local da Instituição:



PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL



Plano Municipal de  
Saneamento  
Básico

Nome e Sigla da Instituição: Associação dos Produtores de Campo Formoso - APROCAMPO	
Representante: Ednaldo Ribeiro de Lima	Telefone: 99975-7582
E-mail:	Local da Instituição:
Nome e Sigla da Instituição: Associação dos Pequenos Trabalhadores de Lagoa de Pedra	
Representante: Luiz Gonzaga Acirole	Telefone: 99936-1658
E-mail:	Local da Instituição:
Nome e Sigla da Instituição: Associação da Comunidade de Riacho Amarelo	
Representante: Jurandir de Oliveira	Telefone: 99169-5835
E-mail:	Local da Instituição:
Nome e Sigla da Instituição: Associação dos Produtores de Umburanas e José Lopes - APUZEL	



PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL



Representante: Joaquim Clementino dos Santos	Telefone: 98824-6752
E-mail: _____	Local da Instituição: _____
Nome e Sigla da Instituição: <u>Associação da Comunidade de Meia Pataca II</u>	
Representante: <u>João Batista dos Santos (Dão)</u>	Telefone: _____
E-mail: _____	Local da Instituição: _____
Nome e Sigla da Instituição: <u>Associação dos Pequenos Produtores da Capeba</u>	
Representante: <u>José Carlos de Assis</u>	Telefone: 99191-4149
E-mail: _____	Local da Instituição: _____
Nome e Sigla da Instituição: <u>Associação dos Produtores da Fazenda Bela Vista</u>	
Representante: <u>João de Deus Rodrigues dos Santos</u>	Telefone: _____
E-mail: _____	Local da Instituição: _____



Nome e Sigla da Instituição: <u>Associação dos Produtores Orgânicos da Fazenda Carrasco - APROFACO</u>	
Representante: <u>Francinaldo Silva de Luna</u>	Telefone: 99139-7818
E-mail: _____	Local da Instituição: _____
Nome e Sigla da Instituição: <u>Associação dos Produtores do Pintado</u>	
Representante: <u>Anselmo Vieira da Costa</u>	Telefone: 99974-2671
E-mail: _____	Local da Instituição: _____
Nome e Sigla da Instituição: <u>Associação dos Pequenos Produtores de Pedra Pintada</u>	
Representante: <u>Manoel Alexandre Dantas</u>	Telefone: 99600-8577
E-mail: _____	Local da Instituição: _____
Nome e Sigla da Instituição: <u>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperança</u>	
Representante: <u>Assis</u>	Telefone: 99366-2067
E-mail: _____	Local da Instituição: _____





Plano Municipal de  
Saneamento  
Básico

CONSELHOS MUNICIPAIS (ATUANTES)	
Nome do Conselho: <u>Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)</u>	
Representante: <u>Deborah Acioli de Almeida</u>	Telefone: <u>83 99937-3187</u>
E-mail: <u>deborahalmeida2@hotmail.com</u>	
Nome do Conselho: <u>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA)</u>	
Representante: <u>Lúcia de Fátima Nunes de Morais</u>	Telefone: <u>83 99882-1136</u>
E-mail: <u>lucyanunes2015@outlook.com</u>	
Nome do Conselho: _____	
Representante: _____	Telefone: _____
E-mail: _____	
Nome do Conselho: _____	
Representante: _____	Telefone: _____
E-mail: _____	



Plano Municipal de  
Saneamento  
Básico

Nome do Conselho: _____	
Representante: _____	Telefone: _____
E-mail: _____	
INFORMAÇÕES DO SETOR DE SAÚDE	
Secretário(a) de Saúde: <u>Eliete Silva Nunes Almeida</u>	
Telefone: <u>83 99985-8591</u>	E-mail: <u>roeli_nunes@hotmail.com</u>
UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS)	
Nome da Unidade: <u>UBSF Belo Jardim</u>	Localidade: _____
Representante: <u>Keliane da Silva Lucena</u>	Telefone: <u>83 99143-8051</u>





Plano Municipal de  
Saneamento  
Básico

E-mail: <u>cons.kelly@hotmail.com</u>	Número de Agentes de Saúde e Endemias: <u>7 ACS e 2</u>
ACE	
Nome da Unidade: <u>UBSF São José</u>	Localidade: _____
Representante: <u>Keliane da Silva Lucena</u>	Telefone: <u>83 99143-8051</u>
E-mail: <u>cons.kelly@hotmail.com</u>	Número de Agentes de Saúde e Endemias: <u>6 ACS e 2</u>
ACE	
Nome da Unidade: <u>UBSF Massabiele</u>	Localidade: _____
Representante: <u>Adriana Rocha</u>	Telefone: <u>83 99195-4874</u>
E-mail: <u>adriana.rocha@gmail.com</u>	Número de Agentes de Saúde e Endemias: <u>6 ACS</u>
ACE	
Nome da Unidade: <u>UBSF Pintado</u>	Localidade: _____
Representante: <u>Adriana Rocha</u>	Telefone: <u>83 99195-4874</u>
E-mail: <u>adriana.rocha@gmail.com</u>	Número de Agentes de Saúde e Endemias: <u>4 ACS</u>
ACE	
Nome da Unidade: <u>UBSF Campestre</u>	Localidade: _____



PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL



Plano Municipal de  
Saneamento  
Básico

Representante: <u>Priscila Geovana C. Rodrigues Cabral</u>	Telefone: <u>83 99803-8583</u>
E-mail: <u>geovana-cabral@bol.com.br</u>	Número de Agentes de Saúde e Endemias: <u>7 ACS e 3</u>
ACE	
Nome da Unidade: <u>UBSF Centro</u>	Localidade: _____
Representante: <u>Priscila Geovana C. Rodrigues Cabral</u>	Telefone: <u>83 99803-8583</u>
E-mail: <u>geovana-cabral@bol.com.br</u>	Número de Agentes de Saúde e Endemias: <u>8 ACS e 3</u>
ACE	
Nome da Unidade: <u>UBSF Bela Vista</u>	Localidade: _____
Representante: <u>Alessandra Lira Freire</u>	Telefone: <u>83 98777-8548</u>
E-mail: <u>alessandrafreire@hotmail.com</u>	Número de Agentes de Saúde e Endemias: <u>5 ACS e 2</u>
ACE	
Nome da Unidade: <u>UBSF José Torres</u>	Localidade: _____
Representante: <u>Alessandra Lira Freire</u>	Telefone: <u>83 98777-8548</u>
E-mail: <u>alessandrafreire@hotmail.com</u>	Número de Agentes de Saúde e Endemias: <u>6 ACS e 1</u>
ACE	



PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL

Nome da Unidade: UBSF Portal Localidade: \_\_\_\_\_  
 Representante: Maria de Fatima da S. Galdino Telefone: 83 99353-6403  
 E-mail: fatinhagaldino2212@gmail.com Número de Agentes de Saúde e Endemias: 7 ACS

Nome da Unidade: UBSF São Francisco Localidade: \_\_\_\_\_  
 Representante: Maria de Fatima da S. Galdino Telefone: 83 99353-6403  
 E-mail: fatinhagaldino2212@gmail.com Número de Agentes de Saúde e Endemias: 6 ACS e 2 ACE

**HOSPITAIS PÚBLICOS**

*Existem Hospitais no Município? Não ( ) Sim ( x ), Quantos? 1*

Nome do Hospital: Hospital Municipal Dr. Manoel Cabral de Andrade Localidade: Centro  
 Representante: Cecília Alexandre de Oliveira Almeida Telefone: 83 98725-3646  
 E-mail: ceciliaalexandre@hotmail.com

**UPA**

*Existe UPA no Município? Não (X) Sim ( ), Quantas? \_\_\_\_\_*



Nome do Unidade: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_  
 Representante: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

Nome do Unidade: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_  
 Representante: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

**DADOS SOBRE EDUCAÇÃO**

*Quantas escolas existem no Município? 29 (Lista encaminhada em anexo)*

Nome da Escola: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_  
 Gestor(a) Escolar: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

Nome da Escola: \_\_\_\_\_ Localidade: \_\_\_\_\_  
 Gestor(a) Escolar: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_





Plano Municipal de  
Saneamento  
Básico

Gestor(a) Escolar: _____	Telefone: _____
E-mail: _____	
Nome da Escola: _____	Localidade: _____
Gestor(a) Escolar: _____	Telefone: _____
E-mail: _____	
Nome da Escola: _____	Localidade: _____
Gestor(a) Escolar: _____	Telefone: _____
E-mail: _____	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Existem quantas famílias assistidas pelo Bolsa Família? <u>5.359</u>	
Existe CRAS e/ou CREAS no seu Município? Não ( ) Sim (x), Quantos? <u>2</u>	
Nome do CRAS/CREAS: <u>CRAS</u>	Localidade: <u>Rua Pe. José Coutinho, s/n</u>
Coordenador (a): <u>Adilene Gonçalves Pereira</u>	Telefone: <u>83 998331891</u>
E-mail: <u>crasesperanca.pb@gmail.com</u>	
Nome do CRAS/CREAS: <u>CREAS</u>	Localidade: <u>Rua Solon de Lucena, s/n</u>



PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL



Plano Municipal de  
Saneamento  
Básico

Coordenador (a): <u>Bruna Felix dos Santos</u>	Telefone: <u>83 98682-4707</u>
E-mail: <u>creas@esperanca.pb.gov.br</u>	
Nome do CRAS/CREAS: _____	Localidade: _____
Coordenador (a): _____	Telefone: _____
E-mail: _____	
Nome do CRAS/CREAS: _____	Localidade: _____
Coordenador (a): _____	Telefone: _____
E-mail: _____	
SETORES DE MOBILIZAÇÃO	
(Locais onde acontecerão as Reuniões do Município)	
<p>Durante a construção do Plano Municipal de Saneamento Básico serão realizadas reuniões com a população local. Desse modo, sugira 4 (quatro) localidades estratégicas do Município onde tais reuniões possam ocorrer. Estas localidades podem ser prédios públicos, associações, sindicatos, escolas, entre outros. A escolha deve ser estratégica, pensando na participação popular, na estrutura e na facilidade de acesso. Sugira 1 (um) setor na Zona Urbana e 3 (três) setores na Zona Rural.</p>	
SUGESTÃO 1: ZONA URBANA	
Nome do Local: <u>Quadra da Escola José Lopes</u>	Endereço: <u>Rua Santo Antônio, sn</u>



PÁTRIA AMADA  
BRASIL  
GOVERNO FEDERAL



**SUGESTÃO 2: ZONA URBANA**

Nome do Local: Ginásio “O Arlindão” Endereço: Rua João Mendes, sn

**SUGESTÃO 3: ZONA RURAL**

Nome do Local: Quadra da escola de Massabiele Endereço: Distrito de Massabiele

**SUGESTÃO 4: ZONA RURAL**

Nome do Local: Quadra da Escola de São Miguel Endereço: Distrito de São Miguel

**SUGESTÃO 5: ZONA RURAL**

Nome do Local: Escola Manoel Agostinho Endereço: Distrito do Pintado

**Relação Escolas – Localidades – Diretores e Contatos**

1.	EMEF ABEL BARBOSA DE SOUZA – Sítio Riacho fundo	Laudivânia Dantas (999597589)	laudivaniadantas@hotmail.com
2.	EMEF AGOSTINHO DE OLIVEIRA – Sítio Lagedão	Vera Mônica Horta (99140-7687)	veramonica583@gmail.com
3.	EMEF ANTÔNIO ADELINO DOS SANTOS – Sítio Mulatinha	Elaine Cristina Curvêlo (99663-2931)	crisrina.curveloelaine@gmail.com
4.	EMEF ANTÔNIO COELHO DE CARVALHO – Sítio Timbaúba	Valdenice do Bu (98643-1489)	valdenicedobu@hotmail.com
5.	EMEF CÍCERO JANUÁRIO DA SILVA – Sítio Logradouro	Vanda Lúcia Araújo (99345-3282)	vanda.araujo2010@hotmail.com
6.	EMEF CRECHE PEQUENO JOÃO ARIANO GRANGEIRO – Bairro Portal	Eliane Barbosa (99321-9262)	elianeartesa17@gmail.com
7.	EMEF CRECHE VÓ MILITINA – Rua General Osório	Deusânia Barbosa (99330-6617)	deusaniatcs@gmail.com
8.	EMEF CRECHE VOVÓ BETINHA – Bairro Portal	Kalianda Rayane (99148-0420)	kaliandrarayne@hotmail.com
9.	EMEF DOM MANUEL PALMEIRA DA ROCHA - Centro	Madilane Guedes (99851-1710)	madiguedes@gmail.com
10.	EMEF FABRÍCIO BATISTA DE ARAÚJO – Distrito São Miguel	Josefa Alécia Bento (99601-7782)	bentoalecia@gmail.com
11.	EMEF FRANCISCO PEDRO DE OLIVEIRA – Sítio Umbu	Silvaneide Souto (99623-1980)	silvaneidesouto@gmail.com
12.	EMEF HOSANA LOPES - Rua João Mendes	Jussara Bronzeado (99987-6639)	Jussara.fbrnzeado@hotmail.com
13.	EMEF JOÃO VICENTE PERIERA – Sítio Malhada da Serra	Ana Lúcia Oliviera (99405-5220)	analuciaoliveira547@gmail.com
14.	EMEF JOSÉ FÉLIX DE FIGUEIREDO – Sítio Lagoa Verde	Sylvia Raphaela (99149-7262)	sylvia_raphaela@yahoo.com.br
15.	EMEF JOSÉ LOPES – Bairro José Lopes	Jacileide Souto (99869-4227)	jacileidesouto@gmail.com
16.	EMEF JOSÉ PAULINO MACHADO – Sítio Benefício	Celina Jenuino (99943-9337)	celinajenuino2018@gmail.com
17.	EMEF JOSÉ SOUTO – Rua João Mendes	Jailda (99608-7098)	escolajosesoutopb@gmail.com
18.	EMEF JOSEFA ARAÚJO PINHEIRO – Rua Joaquim Virgolino	Marineide Cassiano (99331-3433)	marineide.psicopedagog@gmail.com
19.	EMEF JOVENTINO BATISTA MONTEIRO – Distrito Massabielle	Lucineide Gonçalves (99938-6045)	aghatalucy@gmail.com
20.	EMEF MANOEL AGOSTINHO PEREIRA – Distrito Pintado	Cristiane (99183-5456)	pereiraagostinho6@gmail.com
21.	EMEF MANOEL DA LUZ – Sítio Boa Vista	Eliabeth Tavares (99192-9368)	be-tyinha45@hotmail.com
22.	EMEF MANOEL PEREIRA - Bairro Bela Vista	Luciene Ataíde (99912-5203)	lucieneataide@hotmail.com
23.	EMEF MARGARIDA MARIA DE ANDRADE DINIZ – Bairro Portal	Renaly (999135-9817)	Paulommartins2@gmail.com
24.	EMEF MARIA EMÍLIA DE CRISTO SILVA – Sítio Quebra pé	Alcilene Aciole (99105-4289)	cileneaciole@gmail.com
25.	EMEF MARIA FRANCISCA LEITE Sítio Meia Pataca	Deusânia Farias (99630-9430)	deusaniafarias@gmail.com
26.	EMEF OLÍMPIA SOUTO - Centro	Ronylson César (99310-5705)	ronnylsoncesar@gmail.com
27.	EMEF SEVERINO ALVES BARBOSA – Sítio Lagoa de Pedra	Patrícia Lins (99100-0729)	patriciasantoslins@gmail.com
28.	EMEF SILVINO TRAJANO DA ROCHA – Sítio Mulatinha	Jailson Alves (99391-4275)	jailsonalves_araujo@hotmail.com
29.	EMEF WELLINGTON VITAL – Bairro Britador	Selma Luiza (99317- 6866)	selmaluiza23@gmail.com

## APÊNDICE B – ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 01					
Município	Esperança - PB				
Data	28/01/2020	Horário de Início	9:33	Horário de Término	10:51
Local	Centro Administrativo Municipal de Esperança				
	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Apresentação dos componentes do PMSB</li><li>2. Formação dos comitês Executivo e de Coordenação</li><li>3. Mapeamento dos atores sociais locais</li></ol>				

### DISCUSSÃO DA PAUTA

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e vinte, aconteceu a primeira reunião para debater a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Esperança-PB. A pauta de discussão abrangeu: a apresentação dos componentes do PMSB, as etapas de elaboração do PMSB e a formação dos comitês executivo e de coordenação do PMSB. A reunião começou com a professora Patrícia Hermínio Cunha Feitosa apresentando a equipe de trabalho da Universidade Federal de Campina Grande e, logo em seguida deu início a apresentação dos componentes do PMSB, informando os produtos que devem ser entregues ao fim de cada etapa do plano. Em seguida, a socióloga da equipe Kaliane de Freitas Maria reforçou a importância da participação social para a elaboração do PMSB. Após a explanação, foi aberto para os questionamentos e esclarecimentos. O comitê de execução já foi estabelecido e será publicada a Portaria com os respectivos responsáveis municipais: o engenheiro civil THIAGO FERNANDES DA SILVA e o psicólogo AUDALÉCIO ANTÔNIO BEZERRA NÓBREGA. Ficou estabelecido que THIAGO FERNANDES DA SILVA ficará responsável pela formação da equipe do Comitê de Coordenação, devendo enviar o nome dos componentes deste comitê para os técnicos do PMSB-PB, sempre levando em consideração a paridade entre o poder público e a sociedade civil. Estiveram presentes a coordenadora geral do PMSB-PB PATRÍCIA HERMÍNIO CUNHA FEITOSA, a engenheira civil da equipe UFCG/PMSB-PB JASMYNE KARLA VIEIRA SOUZA MACIEL, a socióloga da Equipe PMSB-PB KALIANE DE FREITAS MARIA, os estagiários da equipe UFCG/PMSB-PB AYRTON FLAVIO N. DE SOUZA e MILENA DALETH DO AMARAL VIERIA, a engenheira civil AMANDA DA SILVEIRA CANDEIA, a estudante de arquitetura DAYHANNE K. DINIZ SILVA, o administrador da CDL JOAN DIEGO DIAS DA SILVA, o secretário de comunicação GILBÉRIOALVES DOS SANTOS, a secretária de planejamento da prefeitura

*9/1/20*



Fundação Nacional de Saúde







ALANNA MARIA PASSOS MEIRE DE ALMEIDA, o secretário de comunicação da prefeitura ARTHUR LIMEIRA PORTO, o coordenador da CAGEPA LUCIANO MARTINS TAVARES DE OLIVEIRA, o consultor imobiliário LEO GUERRA, o secretário adjunto da agricultura THIAGO DE ASSIS MORAES, o procurador geral do município ARTHUR RICHARLISSON E. DINIZ, a secretária adjunta da assistência social da prefeitura JUAREZ FERNANDES DE SOUZA, o coordenador de vigilância sanitária GUTENBERG DANTAS DA SILVA, o técnico de saneamento DANIEL OLIVEIRA DOS SANTOS, o coordenador de educação pedagógica JOSÉ FLOR DE MEDEIROS JUNIOR, o engenheiro civil THIAGO FERNANDES DA SILVA, a professora do município SABRINA RIBEIRO DE ALMEIDA, o técnico de comunicação VALDY LINS DOS SANTOS, a vereadora RAQUEL NÚBIA GOMES, o vereador ROBERTO COELHO DA COSTA, o secretário de obras e infraestrutura ADONIS ADONAI COSTA FREIRE, o presidente da CDL MATIAS G. FILHO. Por fim, foi acordado que a ATA desta reunião será aprovada e assinada pelo Comitê Executivo.

Patrícia Herminio Cunha Feitosa: Patrícia H. C. Feitosa  
Kaliane de Freitas Maria: Kaliane de Freitas Maria  
Jasmyne Karla Vieira Souza Maciel: Jasmyne Karla Vieira Souza Maciel  
Thiago Fernandes da Silva: Thiago Fernandes da Silva



# APÊNDICE C – LISTA DE PRESENÇA DA PRIMEIRA REUNIÃO



## PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB-PB LISTA DE PRESENÇA

Município: Expedito  
 Identificação da atividade: 1ª Reunião e apresentação do PMSB  
 Data: 28/05/20

	Nome	Cargo	Instituição	Fone	E-mail
1	Ayrton Flavio W. de Sousa	Estagiário PMSB	UFCG	8398618-3151	AYRTONFLAVION5@GMAIL.COM
2	Carlina Dantas de Jesus Viveira	Estagiária PMSB	UEGG	(83) 93746-1516	milena.dolefr@hotmail.com
3	Jeanmyne Karla Uzeda S. Maciel	Eng. Civil	UFCG	(34) 9952-0128	jeanmyregk@gmail.com
4	Marlus Fernandes da Silva	Eng. Civil	PME	(93) 9947-3339	engmarlusfernandes@hotmail.com
5	Amanda da Surenna Canduwa	Eng. Civil	PME	(83) 996789953	amandacanduwa@outlook.com
6	Dauhaiane M. Danyz Silva	Eng. Arquiteta	PACISA	(83) 99194883	danyzmg@gmail.com
7	JULIA DIAS DA SILVA	ADMINISTRADOR	CDL	(83) 99187-3828	JOANSILVADM@GMAIL.COM
8	Julia A. A. A.	SEC. COMUNICACAO	PME	83.9.99.30.0483	TATIANAYSERAZO3@GMAIL.COM
9	Alanna Mc Paraghiro de Almeida	Sec. Planejamento	PME	83 99108-8748	alannacentaglio@hotmail.com
10	Adriana L. Lopes de Castro	Sec. COMUNICACAO	PME	83 98679760	ADRIANAULOPES@GMAIL.COM
11	PRINCESSA QUEEN	COORDENADOR	ERGEPA	83 993052291	THAYRES.LEMANN1962@GMAIL.COM
12	Caro Gustavo	Coordenador Ambiental	Emp. P. Sól.	99332-9314	carogustavo@eng.br
13	THIAGO DE ASSIS MORAES	SEGRETIARIO ADJ. AGRIC.	PME	83995223166	THIAGOMORAES7@GMAIL.COM
14	Thiago Fernandes de Souza	Coord. Vic. Arvorestal	PME	82400849	thiagofernandes@fjmat.com
15	Arthur Richardisson E. Diniz	Procurador - Geral do Município	P6M-Esp	83 99132704	arthurrichardisson@hotmail.com
16	Deborah Bezerra de Almeida	Sec. Def. Assistência Social	PME	99937-3187	deborah.almeida2@plataforma.com
17	Guilherme Santos da Silva	Coord. Vigilância Sanitária	PME/Soc. Saúde	99361-9007	guilhermegos@plataforma.com.br
18	Daniel Alvimin dos Santos	TEC. SANEAMENTO	AL SAUDE	999989850	Danpks@plataforma.com.br





## APÊNDICE D – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PRIMEIRA REUNIÃO





## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – PORTARIA DO COMITÊ EXECUTIVO



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA  
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA nº 1053/2020

NOMEIA COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO  
DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO  
BÁSICO/PMSB.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.217/2010;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear os membros do Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB, composto da seguinte forma:

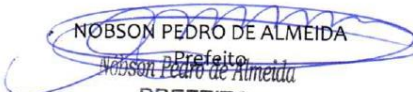
1. Thiago Fernandes da Silva (Executivo Municipal) CPF 076.680.194.21
2. Audalécio Antônio Bezerra Nóbrega (Executivo Municipal) CPF 205.815.644.72
3. Patrícia Hermínio Cunha Feitosa (PMSB/UFCEG - Coordenadora Geral) CPF: 027.070.694.99
4. Dayse Luna Barbosa (PMSB/UFCEG - Coordenadora Administrativa) CPF: 000.747.124.62
5. Andréa Carla Lima Rodrigues (PMSB/UFCEG - Coordenadora Técnica) CPF: 021.068.734.76
6. Igor Antônio de Paiva Brandão (UFCEG - Engenheiro Civil) CPF: 071.749.904.95
7. Alziane de Souza Araújo (UFCEG - Engenheiro Civil) CPF: 065.098.414.52
8. Jasmyne Karla Vieira Souza Marciel (UFCEG - Engenheiro Civil) CPF: 098.057.154.50
9. Elba Magda de Souza Vieira (UFCEG - Engenheiro Civil) CPF: 110.260.954.41
10. Roberta Lima de Lucena (Assistente Administrativa) CPF: 040.028.194.50
11. Felipe Cunha Feitosa (Estagiário em Engenharia Civil) CPF: 090.051.654.21
12. Kalliane de Freitas Maia (Sociólogo) CPF: 041.581.884.23
13. Rafael Leal Matos (Sociólogo) CPF: 076.428.984.06

**Art. 2º** O Comitê Executivo será responsável por executar as atividades previstas no Termo de Referência da Funasa, para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB. Entre estas atividades destaca-se a realização de mobilizações sociais, levantamento de dados, visitas técnicas e elaboração dos relatórios que compõem o PMSB estabelecido no Termo de Execução Descentralizada (TED nº 03/2019).

**Art. 3º** Os servidores municipais Thiago Fernandes da Silva e Audalécio Antônio Bezerra Nóbrega designados como integrantes do Comitê Executivo deverão repassar informações, acompanhar as atividades a serem desenvolvidas no município e, obrigatoriamente, participar das oficinas de capacitação do Termo de Execução Descentralizada (TED nº 03/2019), para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a serem realizadas em Campina Grande/PB. Outros representantes do Comitê Executivo também poderão participar das referidas capacitações, desde que seja informado previamente o número de participantes à coordenação do PMSB na Universidade Federal de Campina Grande.

**Art. 4º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Esperança/PB, em 30 de janeiro de 2020.

  
NOBSON PEDRO DE ALMEIDA  
Prefeito  
PREFEITO  
Mat: 32916

DECRETO Nº 1.947, DE 13 DE MARÇO DE 2020.



**CRIA O COMITÊ DE COORDENAÇÃO E  
DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE  
ELABORAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA  
DE SANEAMENTO E DO RESPECTIVO PLANO  
MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA/PB no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com a legislação federal, estadual e municipal, e;

Considerando a competência do Município para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local;

Considerando a responsabilidade do Poder Público Municipal em formular Políticas Públicas de Saneamento Básico e o respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e dos Decretos nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a citada lei, e nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, além do Decreto nº 9.254, de 29 de dezembro de 2017, que altera o prazo máximo para existência do referido Plano e prorroga a data até 31 de dezembro de 2019;

Considerando a necessidade de garantir o atendimento essencial à saúde pública, estabelecer mecanismos de controle social e o sistema de informações sobre os serviços, DECRETA:

**Art. 1º** Fica criado o Comitê de Coordenação, responsável pela coordenação do processo de elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), e cuja respectiva composição e atribuições são definidas a seguir.

**Art. 2º** O Comitê de Coordenação será a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada, responsável pela condução da elaboração do PMSB para discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo, promovendo a integração das ações de saneamento básico, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

**Art. 3º** O Comitê de Coordenação será responsável pela coordenação e acompanhamento do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB e da Política Pública de Saneamento, e será composto por:

I - representante da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente ou Infraestrutura (vinculado ao Saneamento);

Titular

Nome: Alanna Maria Passos Meira de Almeida

Ocupação: Secretária Adjunta de Planejamento

CPF: 027.579.044-42

## Suplente

Nome: Amanda da Silveira Candeia  
Ocupação: Engenheira Civil - PME  
CPF: 047.164.824-80

## II - representante da Secretaria de Saúde ou Serviço Social;

## Titular

Nome: Déborah Acioli de Almeida  
Ocupação: Secretária Adjunta de Assistência Social  
CPF: 047.021.624-70

## Suplente

Nome: Juarez Fernandes de Souza  
Ocupação: Coordenador de Vigilância Ambiental  
CPF: 000.158.664-59

## III - representante da Câmaras de vereadores;

## Titular

Nome: Adílio Maia Da Silva  
Ocupação: vereador  
CPF: 051.820.524-05

## Suplente

Nome: Nahim Galileu dos Santos Cavalcante  
Ocupação: vereador  
CPF: 067.727.384-38

## IV - representante do prestador de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

## Titular

Nome: Luciano Martins Tavares de Oliveira  
Ocupação: Coordenador local da CAGEPA  
CPF: 601.277.754-04

## Suplente

Nome: Eliégio Freitas dos Santos  
Ocupação: Agente de manutenção da CAGEPA  
CPF: 031.641.814-50

## V - representante do prestador de serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

## Titular

Nome: Thiago de Assis Moraes  
Ocupação: Representante dos serviços de limpeza urbana do município  
CPF: 068.652.424-16

## Suplente

Nome: Dayhane Kaffirma Diniz Silva

Ocupação: Assistente Técnica  
CPF: 009.771.254-08

VI - representante de conselhos municipais;

Titular  
Nome: Gutenberg Dantas da Silva  
Ocupação: Presidente do Conselho Municipal de Saúde  
CPF: 030.361.574-50  
Suplente  
Nome: José Flor de Medeiros Junior  
Ocupação: Membro do Conselho do FUNDEF  
CPF: 531.766.854-91

VII - representante de liderança comunitárias e organizações sociais e locais;

Titular  
Nome: Alexandre Vicente da Silva  
Ocupação: Delegado Titular - CRECI - PB/ Liderança comunitária  
CPF: 008.042.284-50  
Suplente  
Nome: Daniel Oliveira dos Santos  
Ocupação: liderança comunitária/ técnico da Coopacne  
CPF: 086.394.344-68

VIII - representante de entidades profissionais ou empresariais;

Titular  
Nome: Matias Grangeiro Filho  
Ocupação: Presidente da CDL Esperança  
CPF: 019.708.034-01  
Suplente  
Nome: Joan Diego Dias da Silva  
Ocupação: Conselheiro da CDL Esperança  
CPF: 115.482.017-31

IX - representante de dirigentes sindicais ou associações/cooperativas;

Titular  
Nome: Francinaldo Silva de Luna  
Ocupação: Presidente do CARDAME e da Associação dos Agricultores do Carrasco  
CPF: 030.158.984-42  
Suplente  
Nome: Jandira Pereira da Silva  
Ocupação: presidente da Associação dos Agricultores do Assentamento Cicero Romana I  
CPF: 674.905.574-53

X - representante de ONGs ou instituições de ensino.

**Titular**

Nome: Elisvan Vieira Borges

Ocupação: Professor da Escola Cidadã Integral Técnica Monsenhor José da Silva Coutinho

CPF: 032.072.594-48

**Suplente**

Nome: Rodrigo da Silva

Ocupação: Professor da Escola Cidadã Integral Técnica Monsenhor José da Silva Coutinho

CPF: 082.917.314-54

Parágrafo único. No assessoramento ao Comitê Executivo, conforme as necessidades locais, poderão ser constituídos grupos de trabalho multidisciplinares, compostos por técnicos com conhecimentos em abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais, de áreas correlatas, da sociedade civil e de outros processos locais de mobilização e ação para assuntos de interesses convergentes com o saneamento básico.

**Art. 4º** Caberá também ao Comitê de Coordenação, o encaminhamento do projeto de lei da Política de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Saneamento Básico para sua apreciação e aprovação na Câmara de Vereadores.

**Art. 5º** A Política Municipal de Saneamento e o Plano Municipal de Saneamento Básico deverão ser consolidados, sob a forma de Lei Municipal.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Esperança/PB, 13 de março de 2020. 95º da Emancipação Política.

NOBSON PEDRO DE ALMEIDA

P r e f e i t o



# ANEXO 3 – DECRETO DO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

---



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA**  
GABINETE DO PREFEITO

---

## **DECRETO Nº 1.965, DE 04 DE MAIO DE 2020.**

INSTITUI O REGIMENTO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO  
DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE  
SANEAMENTO BÁSICO.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA/PB** no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso V da Lei Orgânica Municipal e a competência prevista na Constituição da República Federativa do Brasil e:

**CONSIDERANDO** a competência do Município para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local;

**CONSIDERANDO** a responsabilidade do Poder Público Municipal em formular Políticas Públicas de Saneamento Básico e o respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, e dos Decretos nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a citada lei, e nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, além do Decreto nº 9.254, de 29 de dezembro de 2017, que altera o prazo máximo para existência do referido Plano e prorroga a data até 31 de dezembro de 2019;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir o atendimento essencial à saúde pública, estabelecer mecanismos de controle social e o sistema de informações sobre os serviços.

### **DECRETA:**

**Art. 1º** Fica homologado, na forma do texto anexo, parte integrante deste Decreto, o Regimento Interno do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) - CPMSB, criado pelo Decreto Municipal nº 1.947, de 13 de março de 2020.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Esperança/PB, 4 de maio de 2020. 95º da Emancipação Política.

**NOBSON PEDRO DE ALMEIDA**  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA**  
GABINETE DO PREFEITO

---

**ANEXO ÚNICO.**

**REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO DO PLANO  
MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)**

**CAPÍTULO I  
DO COMITÊ**

**Art. 1º** O Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) - CPMSB, criado pelo Decreto Municipal nº 1.947, de 13 de março de 2020, é um órgão de caráter técnico-executivo e consultivo, instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizada, vinculado ao Gabinete do Prefeito, tendo por atribuição principal coordenar o processo de elaboração da Política Pública de Saneamento e do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

**Seção Única  
Da competência**

**Art. 2º** Ao CPMSB compete:

- I** - conduzir o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do Município de Esperança/PB;
- II** - definir a metodologia de elaboração do plano, discutindo, avaliando e aprovando o trabalho produzido pelo Comitê;
- III** - promover a integração das ações de saneamento básico, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental;
- IV** - elaborar o plano de mobilização social;
- V** - observar os prazos previstos para a execução da elaboração e da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- VI** - produzir os relatórios de elaboração e revisão;
- VII** - realizar e sugerir estudos técnicos, propor projetos e programas na área de saneamento visando atender os princípios na legislação pertinente;
- VIII** - encaminhar o Projeto de Lei da Política de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para o Gabinete do Prefeito e posterior envio para apreciação e aprovação do Poder Legislativo.

**Parágrafo único.** No assessoramento ao Comitê Executivo, conforme as necessidades locais, poderão ser constituídos grupos de trabalho multidisciplinares, compostos por técnicos com conhecimentos em abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais, de áreas correlatas, da sociedade civil e de outros processos locais de mobilização e ação para assuntos de interesses convergentes com o saneamento básico.

## **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES**

### **Seção Única Da estrutura orgânica**

**Art. 3º** O CPMSB terá a seguinte estrutura orgânica:

- I -** Coordenador;
- II -** Suplente;
- III -** Secretaria Executiva;
- IV -** Colegiado Pleno.

#### **Subseção I Do Coordenador**

**Art. 4º** O Coordenador do CPMSB será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 5º** Ao Coordenador do CPMSB, além de outras atribuições que decorram de suas funções, caberão as expressas neste Regimento:

- I -** convocar e coordenar as reuniões do colegiado ordinárias e extraordinárias e assinar as respectivas atas;
- II -** coordenar as oficinas de capacitação;
- III -** apresentar o cronograma de reuniões;
- IV -** representar o CPMSB perante as instituições com que se relacionar, no exercício das atribuições do Comitê;
- V -** solicitar a elaboração de estudos, informações e pareceres técnicos sobre temas de relevante interesse para a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico do Município;
- VI -** encaminhar ao Chefe do Executivo as deliberações e proposições de regulamentos que dependam da sua aprovação;
- VII -** encaminhar e dar cumprimento junto a quem de direito as deliberações, pareceres e proposições do Comitê, que não dependam da prévia aprovação do Chefe do Executivo;
- VIII -** resolver as questões de ordem nas reuniões do Colegiado;
- IX -** estabelecer a ordem do dia;
- X -** autorizar e estabelecer critérios de manifestação de pessoas ou representantes de entidades, públicas ou privadas, convidadas a participar de reunião do CPMSB, por solicitação de seus membros ou por requerimento das instituições interessadas.

**Art. 6º** O Coordenador do CPMSB será substituído nos seus impedimentos pelo respectivo suplente.

**Parágrafo único.** Se na reunião estiverem ausentes o Coordenador e o seu suplente, ela será presidida interinamente por um dos membros em exercício presentes, escolhido pelos seus pares.

## **Subseção II Da Secretaria Executiva**

**Art. 7º** O CPMSB contará com um secretário ou secretária, designado pelo Gabinete do Prefeito em caráter permanente, a quem caberá as atividades da Secretaria Executiva do Comitê.

**Art. 8º** São atribuições da Secretaria Executiva:

- I -** apoiar administrativamente o CPBSB, incluindo a manutenção de arquivos e registros;
- II -** providenciar apoio logístico, manter a estrutura para o fornecimento e intercâmbio de informações, além de exercer outras funções administrativas, a critério do Coordenador.

## **Subseção III Do Colegiado Pleno**

**Art. 9º** O Colegiado Pleno, formado pela Presidência, Secretaria Executiva e pelos membros titulares e suplentes do CPMSB, terá como atribuições todas aquelas que não sejam específicas da Presidência e da Secretaria Executiva, nos termos deste Regimento.

**Parágrafo único.** As decisões do Colegiado serão tomadas por maioria simples.

## **Subseção IV Dos membros**

**Art. 10.** Aos membros titulares do CPMSB compete:

- I -** participar das reuniões do Colegiado, discutir e votar matérias submetidas ao grupo;
- II -** apresentar proposições relacionadas aos temas;
- III -** colaborar com a Coordenação no cumprimento de suas atribuições;
- IV -** propor à Coordenação a inclusão e/ou priorização de matérias a serem discutidas em reuniões futuras, justificando;

- V - solicitar o registro em ata de seu ponto de vista;
- VI - sugerir ao grupo convite a técnicos ou especialistas com conhecimento específico para acrescentar subsídios aos assuntos de competência do comitê.
- VII - zelar pelo cumprimento e observância deste regimento.

**Parágrafo único.** As funções de membro do CPMSB não serão remuneradas, sendo consideradas como de relevante interesse público.

**Art. 11.** Os membros suplentes do CPMSB terão direito a voz nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado, e terão direito a voz e voto quando em substituição do membro titular.

**Art. 12.** Os suplentes substituirão os titulares definitivamente até a conclusão do mandato, quando estes deixarem o cargo ou função no órgão ou entidade que representam, ou por qualquer outro motivo de desligamento.

### **CAPÍTULO III DAS REUNIÕES E DOS PROCEDIMENTOS**

#### **Seção I Das reuniões ordinárias e extraordinárias**

**Art. 13.** O cronograma das reuniões ordinárias será estabelecido pelo próprio Comitê, incluindo atividades e dinâmicas previstas no Termo de Referência (TR) e as oficinas de capacitação e reunir-se-á extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador, a pedido de um dos seus membros.

§ 1º As reuniões ordinárias e extraordinárias do CPMSB serão públicas.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas com pauta definida e antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas);

§ 3º As reuniões deverão ser registradas através de ata, podendo-se utilizar de recursos gravação de áudio ou vídeo;

§ 4º Nos casos de adiamento das reuniões todos os integrantes do Comitê deverão, obrigatoriamente, receber notificação antecipada de, no mínimo, 24h (vinte quatro horas) da suspensão da mesma com a nova data de realização da reunião.

§ 5º Qualquer pessoa interessada poderá participar como ouvinte das reuniões do CPMSB, mediante credenciamento junto à Secretaria Executiva até meia hora antes do início das reuniões.

**Art. 14.** A convocação, contendo a ordem do dia de cada reunião ordinária do CPMSB, deverá ser encaminhada aos seus membros titulares e suplentes com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante protocolo e/ou envio, acompanhada de cópia da ata da reunião anterior.

**Seção II**  
**Do procedimento das reuniões**

**Subseção I**  
**Da instalação das reuniões**

**Art. 15.** As reuniões serão instaladas em primeira chamada se houver a presença de, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) da composição dos membros titulares do CPMSB ou de seus suplentes em exercício.

§ 1º Não havendo o quórum mínimo, haverá segunda chamada 30 (trinta) minutos após a primeira, instalando-se a reunião se estiverem presentes, no mínimo, três membros.

§ 2º Havendo matéria para votação, o quórum mínimo necessário é o previsto no "caput" deste artigo.

**Subseção II**  
**Da sequência dos trabalhos**

**Art. 16.** De acordo com a ordem do dia de cada reunião o Coordenador estabelecerá o tempo máximo para tratar de cada ponto de pauta, a fim de permitir o bom andamento dos trabalhos.

**Art. 17.** As reuniões do CPMSB terão a seguinte sequência de trabalhos:

- I - confirmação da presença e de existência de quórum para instalação da reunião mediante verificação das assinaturas no livro de presença;
- II - leitura e aprovação da ata da reunião anterior, apresentação de retificações, se houver, e sua aprovação;
- III - apresentação, discussão e votação de matérias constantes da Ordem do Dia;
- IV - apresentação e, se o caso, apreciação de matérias extraordinárias relevantes ou sua inclusão na pauta da reunião ordinária ou extraordinária seguinte;
- V - comunicações livres;
- VI - encerramento.

§ 1º A inclusão de matéria de caráter urgente e relevante, não constante da ordem do dia, dependerá da aprovação da maioria simples dos membros em exercício presentes.

§ 2º O Colegiado Pleno poderá dispensar a leitura da ata da reunião anterior.

**Art. 18.** O Coordenador, por solicitação justificada de qualquer membro do CPMSB e por deliberação da maioria simples dos membros em exercício presentes, poderá inverter a ordem de discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia ou adiar a discussão e votação de qualquer matéria submetida ao CPMSB.



### **Subseção III** **Das questões de Ordem**

**Art. 19.** As questões de Ordem sobre a forma de encaminhamento da discussão e votação da matéria em pauta podem ser levantadas a qualquer tempo, devendo ser formuladas com clareza e com a indicação do que se pretende elucidar.

**Parágrafo único.** As questões de Ordem serão decididas pelo Coordenador.

### **Subseção IV** **Das deliberações**

**Art. 20.** As deliberações do CPMSB serão tomadas por maioria simples dos seus membros, observadas as disposições deste regimento.

**Parágrafo único.** As votações poderão ser nominais ou por aclamação.

### **Subseção V** **Do abandono da função**

**Art. 21.** Configura-se abandono da função de membro do CPMSB o titular que registrar 2 (duas) faltas consecutivas ou cinco alternadas não justificadas num período de 12 (doze) meses, em reuniões ordinárias e extraordinárias, mesmo quando substituído pelo respectivo suplente.

§ 1º As saídas antecipadas da reunião pelos seus membros, antes de trinta minutos do horário previsto para seu término, deverão ser justificadas junto ao Coordenador em exercício antes do início dos trabalhos, constituindo-se em falta justificada para os efeitos deste Regimento.

§ 2º As chegadas atrasadas deverão ser justificadas junto ao Coordenador em exercício, se o atraso for superior a trinta minutos do horário máximo previsto para o início da reunião, constituindo-se em falta justificada e ficando o membro impedido de votar matérias já discutidas.

§ 3º O membro do CPMSB que, por qualquer motivo justificado, não puder comparecer a qualquer reunião do Colegiado, deverá comunicar sua impossibilidade e justificativa à Secretaria Executiva, ou junto ao Coordenador em exercício, antes do início da reunião, preferencialmente por meio de mensagem eletrônica.

#### **CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 22.** Os casos omissos neste Regimento deverão ser submetidos à apreciação do Colegiado Pleno.

**Art. 23.** O Regimento Interno poderá ser alterado mediante deliberação da maioria absoluta do Colegiado Pleno do Comitê e submetido a homologação do Prefeito.

**Art. 24.** Este Regimento entrará em vigor na data de publicação.

**NOBSON PEDRO DE ALMEIDA**  
P r e f e i t o

Coordenador do CPMSB



## EXPEDIENTE

### • PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA • 95º Ano da Emancipação Política do Município

#### • PODER EXECUTIVO •

PREFEITO  
NÓBSON PEDRO DE ALMEIDA

VICE-PREFEITA  
ROSIMERE BRONZEADO VIEIRA

CHEFE DE GABINETE  
EDMILSON LOPES DE MORAIS

PROCURADOR-GERAL  
ARTHUR RICHARDISSON EVARISTO DINIZ

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO  
ÂNGELA MARIA LIRA DE SOUZA SALES ROCHA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE  
THIAGO DE ASSIS MORAES

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL  
TAIANA HONORADO GRANGEIRO

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO, EVENTOS E TURISMO  
GILBERTO ALVES DOS SANTOS

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
MICHAEL LOPES DA SILVA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER/SECMEL  
RENATA BRONZEADO VIEIRA

SECRETÁRIO DE FINANÇAS  
CLODOALDO ALVARO PEREIRA DA SILVA

SECRETÁRIO DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES  
HUMBERTO FERREIRA DOS SANTOS

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO  
AUDALÉCIO ANTONIO BEZERRA NÓBREGA

SECRETÁRIA DE SAÚDE  
ELIETE SILVA NUNES ALMEIDA

AUTARQUIA MUNICIPAL FUNPREVE  
PRESIDENTE: ANDRÉ RICARDO COELHO DA COSTA

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. MANUEL CABRAL DE ANDRADE"  
DIRETORA GERAL: CECÍLIA ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALMEIDA

*Prefeitura Municipal de Esperança – Paraíba*  
Rua Antenor Navarro, 837 - Lírio Verde - CEP 58.135-000  
Fone: (83) 3361-3801 / Fax: (83) 3361-3802  
Site: www.esperanca.pb.gov.br | E-mail: prefeitura@esperanca.pb.gov.br

### • CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA •

#### "Casa de Francisco Bezerra da Silva"

#### • PODER LEGISLATIVO •

##### MESA DIRETORA - BIÊNIO 2019/2020

17ª Legislatura: 2017/2020 | 4ª Sessão Legislativa: 2020 | 1º Período Ordinário

ADILJO MAIA DA SILVA (PTB)	PRESIDENTE
JOELMIR DA CUNHA RIBEIRO (PTB)	VICE-PRESIDENTE
ROBERTO COELHO DA COSTA (PSB)	1º SECRETÁRIO
RAQUEL NÚBIA GOMES SILVA (PSB)	2º SECRETÁRIO

##### DEMAIS VEREADORES

ADAILTON DOS SANTOS	(MDB)
ADJAILSON COSTA	(Progressistas)
ALEXANDRE DE ALMEIDA	(PSB)
CARLOS LUIZ DE ARRUDA CÂMARA	(PSC)
JOSÉ ADELTON DA SILVA MORENO	(MDB)
JOSINALDO FERREIRA DINIZ	(MDB)
NAHIM GALILEU DOS SANTOS CAVALCANTE	(MDB)
NIELLY DOS SANTOS DIAS	(PSC)
RODRIGO ALVES	(PSB)

#### FINALIZAÇÃO

### • SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO •

## SEÇÃO I – ATOS DO PODER EXECUTIVO

### GABINETE | PROCURADORIA GERAL

#### PORTARIAS

##### PORTARIA Nº 1139/2020

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.217/2010;

#### RESOLVE:

NOMEAR o Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) – CPMSB, criado pelo Decreto Municipal nº 1.947, de 13 de março de 2020 e com Regimento Interno instituído por meio do Decreto Municipal nº 1.965, de 04 de maio de 2020.

#### COORDENADOR

NOME: Thiago de Assis Moraes (Titular)  
OCUPAÇÃO: Representante dos serviços de limpeza urbana municipal  
CPF: 068.652.424-16

NOME: Alexandre Vicente da Silva (Suplente)  
OCUPAÇÃO: Delegado Titular - CRECI - PB/ Liderança comunitária  
CPF: 008.042.284-50

#### SECRETÁRIA-EXECUTIVA

NOME: Alanna Maria Passos Meira de Almeida  
OCUPAÇÃO: Secretária Adjunta de Planejamento  
CPF: 027.579.044-42

Esperança/PB, em 1º de maio de 2020.

NÓBSON PEDRO DE ALMEIDA  
PREFEITO

## ANEXO 4 – PARECER DE APROVAÇÃO DOS PRODUTOS A E B

---



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA**  
GABINETE DO PREFEITO

---

### PARECER DE APROVAÇÃO DOS PRODUTOS A E B DO PMSB DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA

**Parecer N° 01/2020, de 30 de abril de 2020**

O Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de ESPERANÇA, composto por:

Alanna Maria Passos Meira de Almeida  
Amanda da Silveira Candeia  
Déborah Acioli de Almeida  
Juarez Fernandes de Souza  
Adílio Maia da Silva  
Nahim Galileu dos Santos Cavalcante  
Luciano Martins Tavares de Oliveira  
Eliegio Freitas dos Santos  
Thiago de Assis Moraes

Dayhane Kaffimma Diniz Silva  
Gutenberg Dantas da Silva  
José Flor de Medeiros Junior  
Alexandro Vicente da Silva  
Daniel Oliveira dos Santos  
Matias Grangeiro Filho  
Joan Diego Dias da Silva  
Francinaldo Silva de Luna  
Jandira Pereira da Silva  
Elisvan Vieira Borges  
Rodrigo da Silva

Tem como responsabilidades:

I- Discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento - PMSB, promovendo a integração das ações de saneamento básico, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental;

II – Acompanhar o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e da Política Pública de Saneamento.

Nesse sentido, o parecer em questão objetiva avaliar os produtos A e B, elaborados e encaminhados ao município de ESPERANÇA, pela equipe técnica da UFCG.

Sendo assim, o Comitê de Coordenação define, por meio desse parecer, que os produtos A e B estão:

( ) Aprovados sem ressalvas

( x ) Aprovados com ressalvas



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA**  
GABINETE DO PREFEITO

---

Considerações para aprovação dos produtos:

Devem ser consideradas as seguintes alterações para aprovação final dos Produtos A e B do Plano Municipal de Saneamento:

**Alteração 01:**

**Página 28 - Conselhos atuantes**

Acrescentar conselhos atuantes:

- Conselho municipal do FUNDEF – Presidente José Flor de Medeiros Junior
- Conselho Municipal de Saúde – Presidente Gutenberg Dantas da Silva
- COMDRAF – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – Presidente Carlos André Almeida

**Alteração 02:**

**Página 31 - Quadro 3**

As localidades rurais descritas nos setores 3, 4 e 5 devem ser de outro município, não de Esperança. Encaminhamos as localidade corretas:

- Setor 3 – Massabiele, Lagedão, Logradouro, Lagoa de Pedra, Capeba, Umbú, Junco, Benefício, Cícero Romana I, Cícero Romana II, Boa Vista, Malhada da Serra, Timbaúba, Boa Vista, Lagedão, Pau Ferro, Pedra Pintada, Quarenta, Maniçoba, Araras, Campo Formoso
- Setor 4 – São Miguel, Mulatinha, Lagoa Verde, Meia Pataca, Bela Vista, Carrasco, Barra do Camará, Cinza, Caldeirões
- Setor 5 – Pintado, Riacho Fundo, Lages, Lagoa dos Cavalos, Riacho Amarelo, Gravatazinho, Quebra-Pé

As considerações realizadas pelo Comitê de Coordenação terão prazo máximo de dez dias úteis para serem avaliadas pela equipe técnica da UFCG. Após a avaliação das considerações, estas serão inseridas aos Produtos caso a equipe técnica da UFCG julgar pertinente, não sendo possível a inserção do conteúdo será justificado ao referido Comitê.

ASSINATURA DOS MEMBROS DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

---

Alanna Maria Passos Meira de Almeida  
Secretária Adjunta de Planejamento



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA**  
GABINETE DO PREFEITO

---

---

Amanda da Silveira Candeia  
Engenheira Civil – PME

---

Déborah Acioli de Almeida  
Secretária Adjunta de Assistência Social

---

Juarez Fernandes de Souza  
Coordenador de Vigilância Ambiental

---

Nahim Galileu dos Santos Cavalcante  
Vereador

---

Luciano Martins Tavares de Oliveira  
Coordenador local da CAGEPA

---

Eliegio Freitas dos Santos  
Agente de manutenção da CAGEPA





ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA**  
GABINETE DO PREFEITO

---

---

Thiago de Assis Moraes  
Representante dos serviços de limpeza urbana do município

---

Dayhane Kaffimma Diniz Silva  
Assistente Técnica

---

Gutenberg Dantas da Silva  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

---

José Flor de Medeiros Junior  
Membro do Conselho do FUNDEF

---

Alexandro Vicente da Silva  
Delegado Titular – CRECI – PB/ Liderança Comunitária

---

Daniel Oliveira dos Santos  
Liderança Comunitária/ Técnico da Coopacne

---



ESTADO DA PARAÍBA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA**  
GABINETE DO PREFEITO

---

Matias Grangeiro Filho  
Presidente da CDL Esperança

---

Joan Diego Dias da Silva  
Conselheiro da CDL Esperança

---

Francinaldo Silva de Luna  
Presidente do CARDAME e da Associação dos Agricultores do Carrasco

---

Jandira Pereira da Silva  
Presidente da Associação dos Agricultores do Assentamento Cícero Romana I

---

Elisvan Vieira Borges  
Professor da Escola Cidadã Integral Técnica Monsenhor José da Silva Coutinho

---

Rodrigo da Silva  
Professor da Escola Cidadã Integral Técnica Monsenhor José da Silva Coutinho

ESPERANÇA, 30 DE ABRIL de 2020.